

TAMIRIS DA SILVA CANTARES

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: DIRETRIZES
POLÍTICAS DA PSICOLOGIA PARA O EXERCÍCIO
PROFISSIONAL**

PUC-CAMPINAS

2016

TAMIRIS DA SILVA CANTARES

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: DIRETRIZES
POLÍTICAS DA PSICOLOGIA PARA O EXERCÍCIO
PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida da PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Prof^a Dr^a Raquel Souza Lobo Guzzo.

PUC-CAMPINAS

2016

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas – Processos Técnicos

t302	Cantares, Tamiris da Silva.
C229v	Violência contra mulheres: diretrizes políticas da psicologia para o exercício profissional / Tamiris da Silva Cantares. – Campinas: PUC-Campinas, 2016. 117p. Orientadora: Raquel Souza Lobo Guzzo. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.

TAMIRIS DA SILVA CANTARES

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: DIRETRIZES
POLÍTICAS DA PSICOLOGIA PARA O EXERCÍCIO
PROFISSIONAL**

BANCA EXAMINADORA



Presidente Professora Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo



Professora Dra. Márcia Hespanhol Bernardo



Professora Dra. Valeska Maria Zanello de Loyola

PUC-CAMPINAS

2016

AGRADECIMENTOS

Passados esses dois anos de desafios, aprendizados e conquistas, despertados pelo processo acadêmico de construção - e desconstrução - de uma dissertação, é chegada a hora de agradecer as pessoas que, de alguma forma, participaram dessa singular história. Sem cada um destes personagens esta pesquisa não teria encontrado o seu caminho e se materializado através das sucessivas páginas. Portanto, carinhosa e respeitosamente agradeço:

À minha querida e amada mãe Maria Aparecida da Costa Silva, a Dona Tuca, pelos anos de dedicação, carinho e resistência na luta constante contra as impossibilidades e peripécias da vida. O amor e orgulho que sinto por essa “mulher-maravilha” foram os motores que abasteceram o meu coração nos momentos mais difíceis.

Ao meu pai Sérgio Luiz Cantares, o Seu Sérgio, à inegável sensibilidade, honestidade, amorosidade e ao apoio incondicional despendido durante toda a minha vida. Um homem que me possibilitou desfrutar de toda a minha autonomia enquanto filha-mulher. Um homem à frente de seu tempo e de suas condições históricas. Mostrou-me, felizmente, a possibilidade de relações pautadas na empatia e respeito mútuo.

Aos meus amigos de longa data, sempre presentes em minhas lembranças, Erick Gregner, Grazielly dos Santos e Renata Pimenta, e aos amigos que há pouco chegaram, mas que já fazem parte de minha existência, Jéssica Nóbrega, Larissa Baima, Letícia Molina e Mariana Avelar. E, ao meu companheiro Fabiano Galbiatti, pessoa com a qual compartilhei as alegrias e angústias proporcionadas por esse intenso período.

Aos profissionais que fizeram o desejo do mestrado se tornar uma realidade possível. Por conseguinte, agradeço especialmente:

À Prof^ª Dr^ª Raquel Souza Lobo Guzzo, minha orientadora, que sustentou e possibilitou o meu “abrir e bater de asas”, mesmo quando, por vezes, o horizonte se fazia, perante aos meus olhos, incognoscível e nebuloso. Sou profundamente grata por sua conduta educativa firme e, concomitantemente, afetiva. Através de nossa convivência pude

desenvolver potenciais até então desconhecidos, tornando possível a recuperação da confiança e estima que há tempos estavam perdidos em algum espaço dentro de mim.

Ao Grupo de Pesquisa “Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação” da Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Campinas, pelo período de companheirismo, aprendizado e troca de saberes, na incansável busca por conhecimentos e práticas comprometidas com a transformação da realidade brasileira.

À Profª Drª Tania Aiello Vaisberg e ao Grupo de Pesquisa “Atenção psicológica clínica em instituições: prevenção e intervenção”, pelo acolhimento e compreensão nos árduos caminhos que enfrentamos em nosso tempo de convívio acadêmico durante a graduação e mestrado em Psicologia. Consegui, graças às nossas diferenças teórico-metodológicas, ser condizente com meus valores e, assim, pude fincar minhas estacas em outros terrenos férteis, onde posso, agora, florescer.

À Profª Drª Márcia Hespanhol Bernardo e Profª Drª Maria Juracy Filgueiras Toneli, participantes da composição da minha banca de qualificação de mestrado, foram referências fundamentais em meu processo de aprendizado e me abriram os olhos para um leque de possibilidades de reflexão, que até então, eu mal tinha consciência.

Às professoras e professores participantes de minha trajetória, em especial à Profª Drª Maria Adelina Biondi Guanais, Profª Drª Silvana Cardoso Brandão e Profª Drª Marly Aparecida Fernandes que me orientaram e subsidiaram um espaço diferenciado de introdução ao âmbito da docência e produção de conhecimento através das monitorias acadêmicas. Agradeço, além da qualidade de conhecimento disponibilizado, a amizade desenvolvida ao longo dos anos de graduação.

À Profª Drª Vera Lúcia Trevisan de Souza e às funcionárias e funcionários da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Campinas, além dos demais responsáveis de outras áreas, como limpeza e manutenção das instalações físicas da PUC, assim como muitos outros coadjuvantes desse processo de pesquisa.

Ao Cnpq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela concessão da bolsa de mestrado que tornou possível a continuidade de minha formação no campo científico.

A todos aqueles que resistem e lutam por uma sociedade mais justa e igualitária, em especial às mulheres, inspiração constante de minhas produções.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APAF – Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras

CEBELA – Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CID – Classificação Internacional de Doenças

CNP – Congresso Nacional da Psicologia

CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as mulheres

COMORG – Comissão Organizadora Nacional

CONEP – Coordenação Regional de Estudantes de Psicologia

COREP – Congresso Regional de Psicologia

CRP – Conselho Regional de Psicologia

CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

ENEP – Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia

EUA – Estados Unidos da América

FENAPSI – Federação Nacional dos Psicólogos

FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IML – Instituto Médico Legal

MS – Ministério da Saúde

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PAS – Plano de Atendimento à Saúde

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SIM – Sistema de Informações de Mortalidade

SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SVS – Secretaria de Vigilância em Saúde

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Figura 1: Evolução das taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil) no Brasil no período de 1980 a 2013	36
Tabela 1: Histórico dos temas e eixos de CNP's do período de 1994 a 2013	66
Figura 2: Frequência da categoria “mulher/mulheres” nos Congressos da Psicologia (CNPS)	68
Figura 3: Síntese das temáticas referentes à categoria “mulher/mulheres”.	69
Figura 4: Frequência da categoria “violência” nos Congressos da Psicologia (CNP).....	70
Figura 5: Síntese das temáticas referentes à categoria “violência”.....	71
Figura 6: Frequência da categoria “gênero” nos Congressos da Psicologia (CNP).....	73
Figura 7: Síntese das temáticas referentes à categoria “gênero”.....	74
Figura 8: Síntese dos tipos de violência em torno da categoria “violência contra as mulheres”.	75
Figura 9: Síntese do tratamento do fenômeno de violência contra as mulheres, a partir das diretrizes políticas da Psicologia.	89

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
JUSTIFICATIVA	17
1. OBJETIVOS.....	20
1.1. Objetivo Geral	20
1.2. Objetivo Específico	20
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1. Violência contra as mulheres: dimensões da realidade histórica.....	23
2.2. Violência contra as mulheres: dimensões da realidade material	30
2.3. Resistência e luta: o lugar do feminismo	38
2.4. Políticas Públicas para Mulheres	42
2.5. A psicologia operacionalizada nas políticas de violência.....	48
3. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	52
3.1. Fundamentos teórico-metodológicos	52
3.2. Delimitando o objeto de estudo	54
3.3. Método	55
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	58
4.1. Procedimento de análise	58
4.2. Pré-Análise.....	59
4.3. Codificação	67
4.4. Interpretação	81
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
6. REFERÊNCIAS	94
7. ANEXOS	100
7.1. Anexo A.....	101
7.2. Anexo B	115

Enquanto os leões não tiverem seus próprios contadores de história, as histórias de caça sempre glorificarão os caçadores.

Provérbio africano.

RESUMO

Cantares, Tamiris da Silva. *Violência contra Mulheres: Diretrizes Políticas da Psicologia para o Exercício Profissional*. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Campinas.

A presente pesquisa teve como objetivo identificar e problematizar as diretrizes políticas, que orientam o exercício profissional da Psicologia, referentes à violência contra as mulheres. Justifica-se, haja vista a amplitude e perpetuação histórica do fenômeno da violência cometida contra as mulheres na sociedade brasileira e a sua manifestação em um contexto social específico marcado pela exploração, desigualdade social e crescente violência. Neste sentido, o movimento feminista brasileiro se mostrou, historicamente, como uma importante ferramenta de denúncia e resistência, em especial, pela persuasão na implantação de políticas públicas pelo Estado no combate e erradicação da violência de contra as mulheres. A metodologia, inspirada pelo viés materialista histórico-dialético, se configurou pela produção de informações de caráter quantitativo e qualitativo através da técnica de análise de conteúdo. As fontes de pesquisa utilizadas foram os oito documentos deliberativos, elaborados nos Congressos Nacionais da Psicologia (CNPs), instância máxima deliberativa da Psicologia, do período de 1994 a 2013. A partir do procedimento de análise estabelecido, foi possível identificar categorias centrais no debate sobre violência contra mulheres no conteúdo manifesto das diretrizes políticas da Psicologia, como Políticas Públicas e Direitos Humanos. Concluimos, portanto, que o fenômeno social destacado foi abordado nas diretrizes políticas da Psicologia por meio da perspectiva da violação dos direitos humanos das mulheres. Portanto, consideramos o diálogo com os movimentos sociais e populares, alinhado com a

participação política dos profissionais de psicologia nos órgãos de controle social, como um horizonte rumo à construção de uma Psicologia atenta às demandas emergentes da realidade brasileira e coerente com o desejo de transformação social.

Palavras-chave: Violência contra mulheres; Psicologia crítica; Psicologia e Feminismo; Políticas Públicas para as Mulheres.

ABSTRACT

Cantares, Tamiris da Silva. *Violência contra Mulheres: Diretrizes Políticas da Psicologia para o Exercício Profissional*. 2016. 117 p. Dissertation (Master in Psychology as Profession and Science) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Campinas.

This research aimed to identify and discuss the policy guidelines that guide the professional practice of psychology, referring to violence against women. It is justified, in view of the breadth and historical perpetuation of the phenomenon of violence against women in Brazilian society and its manifestation in a particular social context marked by exploitation, social inequality and increasing violence. In this sense, the Brazilian feminist movement proved historically as an important reporting tool and resistance, in particular, by persuasion in the implementation of public policies by the State to combat and eradicate violence against women. The methodology, inspired by historical and dialectical materialist bias, has been configured for the production of quantitative and qualitative nature information through the content analysis technique. Research sources used were the eight deliberative documents, drawn up in Congressos Nacionais da Psicologia (CNPs), maximum deliberative entity of Psychology, the period from 1994 to 2013. From the analysis procedure layout, it was possible to identify the central categories in the debate about violence against women in the manifest content of the psychology of political guidelines, such as Public policy and Human rights. We therefore conclude that the prominent social phenomenon was addressed in Psychology policy guidelines through the perspective of human rights of women violations. Therefore, we consider the dialogue with the social and popular movements aligned with the political participation of psychology professionals in the social control agencies as a horizon

toward building an aligned Psychology to emerging demands of Brazilian reality and coherent with the desire for social transformation.

Keywords: Violence against women; Critical psychology; Psychology and Feminism; Public policies for women.

APRESENTAÇÃO

Nesta pesquisa documental, de caráter exploratório, buscamos traçar um panorama da participação da psicologia diante do fenômeno social de violência contra as mulheres, através da problematização das diretrizes políticas que regulamentam e orientam o exercício profissional da psicologia referentes à temática.

Inicialmente, apresentamos os objetivos que orientam a dissertação, para que, por conseguinte, no segundo capítulo elucidarmos os fundamentos teóricos que sustentam o debate e subsidiam os alicerces necessários para a investigação científica do fenômeno da violência contra mulheres em diversas esferas. Este capítulo está dividido em cinco eixos centrais seguintes: 1) A violência contra as mulheres: dimensões da realidade histórica; 2) A violência contra as mulheres: dimensões da realidade material; 3) Resistência e luta: o lugar do feminismo; 4) Políticas Públicas para mulheres; 5) Psicologia operacionalizada nas políticas de violência.

No terceiro capítulo, que corresponde às “Estratégias Metodológicas”, manifestamos o materialismo histórico-dialético como inspiração na fundamentação teórico-metodológica, na utilização da técnica de análise do conteúdo nos documentos deliberativos dos Congressos Nacionais da Psicologia (CNPs), do período de 1994 a 2013.

No capítulo seguinte: “Resultados e Discussão” discutimos a organização e sistematização da fonte documental e está dividido em três etapas principais: 1) Pré-análise - corresponde à leitura integral e descrição do material; 2) Codificação – caracteriza-se pela transformação do material investigado em unidades de registro e categorias temáticas; 3) Interpretação – articula os resultados com o corpo teórico delineado.

Por fim, no quinto capítulo “Considerações Finais”, por meio do diálogo da psicologia na interface com o movimento feminista e as políticas públicas voltadas à mulher buscamos subsidiar uma discussão da relação da psicologia às demandas sociais brasileiras diante de um cenário crescente de exploração, violência e desigualdade social.

Por último, o sexto capítulo apresenta as referências utilizadas na sustentação bibliográfica da pesquisa, enquanto o sétimo encerra a dissertação com os anexos.

JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema em questão se concretizou através de um amplo e complexo processo de experiências pessoais, profissionais e acadêmicas, que me direcionaram a realização desta pesquisa. Portanto, é impossível delimitar um marco central impulsionador que tenha me conduzido ao encontro da temática sobre violência contra as mulheres. Acredito que o termo dialética define muito bem o conjunto de situações e contradições que me constituíram, me transformaram e me trouxeram até estas páginas brancas. Saffioti sintetiza esse sentimento nas seguintes palavras “ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele” (2015, p.45).

Haja vista a falsa dicotomia entre sujeito e objeto, consideramos relevante a apresentação das dimensões pessoais e políticas que permeiam a concretização desta dissertação. Faz-se necessária a compreensão do lugar ocupado e do prisma adotado por quem dá voz e reinterpreta uma antiga canção, a pesquisadora. Falo de um lugar específico imerso em um cenário mais amplo de desigualdade social, exploração e violência, a realidade latino-americana, especificamente, a realidade brasileira (Sardenberg, 2014).

A partir da concepção de que é tarefa utópica e dispensável o alcance da aclamada neutralidade metodológica, a qual está edificada a maioria dos trabalhos científicos, a exposição de relevantes vivências e sentimentos se mostra indispensável. Sentimentos que despertaram a vontade e interesse de percorrer novos caminhos, trilhar novas estradas e construir novas pontes. No resgate de algumas memórias da experiência do meu percurso acadêmico, uma recordação emergente nesse momento foi a experiência do primeiro atendimento psicológico clínico. Um acontecimento memorável para muitos discentes durante o curso de graduação em psicologia, pois, independente do aumento da pluralidade de atuação dos psicólogos em diferentes áreas, desde a sua inauguração enquanto ciência e profissão (lei nº4119/1962), a representação social do perfil profissional continua a ser a do psicólogo

clínico, de consultório particular (Lisboa & Barbosa, 2009). Realidade ainda mais palpável, especialmente, quando a formação está alinhada a uma tendência privatista, típica da sociedade moderna, que está voltada aos interesses impostos pelo mercado de trabalho, e não para o trabalho enquanto instrumento de humanização. Deste modo, pela inexperiência profissional e a idealização de uma profissão comprometida com a transformação social, durante a graduação em psicologia fiquei demasiadamente marcada pela minha experiência clínica, contudo, pelo sentimento de angústia e impotência frente à realidade concreta que se apresentava. Na época, parecia que todo o conhecimento teórico acumulado, até então, não era suficiente para lidar com sofrimentos psíquicos de cunho social e econômico, como a desigualdade e a violência, que se refletiam para além da esfera clínica e individual. Sentia-me de mãos atadas. Várias indagações e sentimentos de incapacidade apareciam diante daquele quadro obscuro. Contudo, paulatinamente, sem me dar conta, eu me deparei com a violência doméstica. Uma violência imperceptível aos ouvidos de quem aprendera somente os caminhos da CID-10¹ e avaliações psicopatológicas adaptativas. Eu estava diante da violência de gênero. Percebi, a partir de então, que algo faltava e, hoje, vejo que o modelo individualista e psicopatologizante em que a psicologia têm se fundamentado no Brasil está distante da realidade concreta, principalmente, ao se basear em concepções idealistas e positivistas de conhecimento e práxis. Muitos avanços foram construídos nesses mais de 50 anos de profissão, seja pela pluralidade de perspectivas e compreensões teóricas, seja pela ampliação dos campos de atuação profissional. Porém, Lisboa e Barbosa (2009) ainda ressaltam a existência de um profundo abismo entre a formação acadêmica em Psicologia e a atividade profissional exercida frente à realidade social e as demandas da sociedade brasileira. Essa foi a deixa para o início de minha jornada. A partir de então, busquei respostas em outros espaços, criei novos vínculos, encontrei novos desafios, conheci outras perspectivas e, desde

¹ Classificação Internacional de Doenças (Organização Mundial da Saúde, 2000).

então, a pesquisa científica aliada à militância feminista tem se mostrado fundamental para alicerçar uma prática pessoal, acadêmica e profissional coerente com o desejo de transformação social.

1. OBJETIVOS

1.1. Objetivo Geral

Identificar e problematizar as diretrizes políticas que orientam o exercício profissional da psicologia, no que diz respeito à violência contra as mulheres, a partir dos cadernos de deliberação dos Congressos Nacionais da Psicologia (CNPs).

1.2. Objetivo Específico

Identificar as temáticas manifestas em torno das categorias escolhidas a priori na análise dos documentos deliberativos dos Congressos Nacionais da Psicologia (CNPs).

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta pesquisa exploratória desfrutaremos de autores críticos para a problematização do fenômeno da violência, especificamente, sobre a violência contra mulheres na sociedade brasileira. Nesta primeira etapa da pesquisa vamos lançar mão das contribuições de dois autores de nítida relevância sobre o conceito de violência e violência contra as mulheres, respectivamente, ao nos debruçarmos sobre esse complexo objeto de estudo. Graças ao caráter amplo e múltiplo da violência, deparamo-nos com diversas possibilidades de compreensão desse fenômeno.

Assim sendo, abordaremos o fenômeno da violência de forma geral e, desse modo, o leitor será convidado ao diálogo a partir de algumas ideias do psicólogo salvadorenho Ignacio Martín-Baró² (1942-1996). Em seguida, e não menos importante, Heleith Saffioti (1934-2010), socióloga, pesquisadora, docente e militante feminista brasileira, nos ajudará, por suas obras, a refletir sobre uma violência mais circunscrita, a violência contra mulheres. Outras pesquisas, de diferentes áreas, também foram utilizadas, significativamente, durante esta trajetória introdutória teórica, seja através de dados estatísticos, documentos públicos ou de pesquisas institucionais governamentais e não-governamentais. Autores que se dedicaram aos estudos de gênero, estudos feministas, políticas para mulheres e psicologia crítica, também foram convocados, por meio de suas publicações, a participarem dessa ousada jornada acadêmica.

Didaticamente, orientamos a apresentação deste capítulo teórico em quatro eixos temáticos centrais, sendo eles: 1) **A violência contra as mulheres: dimensões da realidade histórica** – este primeiro eixo tem como intenção situar o leitor frente à complexidade histórica do fenômeno de desigualdade de gênero, assim como elucidar conceitos cruciais na

² Para uma introdução da vida e obra de Martín-Baró, consultar: De Oliveira, L. B., Guzzo, R. S. L., Tizzei, R. P., da PUC-Campinas, E. D. D., & Neto, W. M. D. F. S. (2014). A vida e a obra de Ignacio Martín-Baró: O paradigma da libertação. *Revista Latino Americana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró*, 3(1), 205-230 – além de outras produções acadêmicas realizadas pelo grupo de pesquisa: “Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação” da Pós-Graduação em Psicologia pela PUC-Campinas.

compreensão da violência contra as mulheres no desenvolvimento da sociedade patriarcal e capitalista brasileira; 2) **A violência contra as mulheres: dimensões da realidade material** – neste item são apresentados dados e pesquisas recentes sobre a condição de violência contra as mulheres no Brasil; 3) **Resistência e luta: o lugar do feminismo** – este eixo objetiva resgatar brevemente o histórico do movimento feminista, enquanto principal forma de auto-organização das mulheres no enfrentamento às sujeições patriarcais, até a inserção de suas reivindicações no âmbito jurídico e de Políticas Públicas no cenário brasileiro; 4) **Políticas Públicas para mulheres** – neste momento, apresentaremos os equipamentos da rede de assistência à mulher em situação de violência, através da implementação e execução das políticas públicas empregadas pelo Estado brasileiro; 5) **Psicologia operacionalizada nas políticas de violência** – por fim, o quinto eixo se propõe a investigar o papel da psicologia e seu desenvolvimento profissional na sociedade brasileira, frente a um contexto latino-americano, marcado pela desigualdade social e violência. Consideramos, ainda, a importância do diálogo com pensamentos e práxis anti-hegemônicas na Psicologia, no fortalecimento de modelos marginais de conhecimento e na elaboração de práticas emancipatórias de atuação profissional. Em suma, refletimos sobre o projeto ético-político da profissão que tem sido construído no Brasil, chamado de o Compromisso Social da Psicologia, ao vislumbrar ao problematizar o fenômeno de violência contra as mulheres na sociedade brasileira.

2.1. Violência contra as mulheres: dimensões da realidade histórica

A violência - definida como uma ruptura na integridade de um indivíduo causada por danos físicos, sexuais, psíquicos e morais - é um fenômeno presente na sociedade desde os primeiros processos civilizatórios e se sustenta a partir de relações desiguais de poder (Saffioti, 2015). No que tange a violência direcionada às mulheres, a desigualdade de poder se dá, por um lado, pela dominação masculina e, pelo outro, na subordinação da mulher (Vigário & Paulino-Pereira, 2014; Silveira & Freitas, 2007). Essa condição subalterna da mulher frente ao homem tem sido alicerçada, histórica e principalmente, por discursos naturalistas baseados nas diferenças biológicas e sexuais, como principal fator determinante de supostos papéis sociais (Nogueira, 2001; Soihet, 2013; Saffioti, 2015). Para a compreensão da violência, Saffioti (2015) aponta a necessidade do resgate do lugar ontológico da violência, pois, apesar de a violência ser naturalizada e tolerada socialmente, esse fenômeno não é inerente ao ser social. A violência é produzida e reproduzida, através das condições materiais construídas historicamente pelo gênero humano na organização e no desenvolvimento da vida social (Santiago, 2009).

A título de exemplo, veja-se a Grécia Antiga, base da civilização ocidental, onde somente os homens proprietários de bens e terras eram considerados cidadãos e podiam exercer atividades políticas reservadas ao âmbito público. Ao restante dos homens, às mulheres, crianças e escravos, eram vetados os direitos civis e políticos, o que implicava na negação de decisão e interferência nos rumos da sociedade (Alberto, Freire, Leite & Gouveia, 2014). O único espaço que lhes era possível e destinado era a privacidade da vida doméstica, no qual cabia, ainda assim, ao homem o poder sobre as propriedades, escravos, filhos e mulheres. Desta maneira, a violência ocorrida no espaço íntimo era comum e aceitável em seus lares, como uma expressão de poder e de autoridade. A liberdade somente poderia ser atingida pelos iguais e na esfera pública que, necessariamente, deveriam ser proprietários de

terras. A privação de propriedades para mulheres e escravos os impossibilitava de desfrutar de sua existência (Timm, Pereira & Gontijo, 2011).

No mundo moderno, a relação entre público e privado se dá de modo mais complexo, pois há o surgimento da esfera social que transita entre as esferas públicas e privadas. Atualmente, os espaços públicos e privados estão profundamente interligados, mesmo que, analiticamente, eles ainda possuam características específicas (Timm, *et al.* 2011). Graças à entrada de muitos meios de comunicação no espaço doméstico, este deixou de ser uma esfera exclusivamente privada (Saffioti, 2015). Sobre essa questão, Silveira e Freitas (2007), a partir de uma análise feminista marxista, apontam para a divisão sexual do trabalho como ponto fundamental na manutenção assimétrica do sistema de gênero no qual vivemos. Às mulheres cabe a esfera doméstica, onde o trabalho é reprodutivo e de menor valor social, enquanto aos homens é destinada a esfera econômica e pública, de produção do trabalho, com maior reconhecimento.

Apesar do fenômeno de violência contra a mulher ocorrer desde ou anterior à Antiguidade é fundamental destacar o papel da sociedade capitalista na perpetuação do *status quo* de subalternidade da mulher. É necessário “um olhar crítico sobre a manutenção do patriarcado, a forma de organização social do capitalismo, a herança burguesa e cristã, e obviamente, o etnocentrismo a que estamos submetidos(as) diariamente, inclusive nas teorias em que nos apoiamos para pensar os problemas no Brasil” (Timm, *et al.*, 2011, p. 255). Na cultura ocidental, apesar do patriarcado não se expressar exatamente como em outras épocas mais arcaicas, ainda há a naturalização dos papéis de gênero que levam a mulher ao lugar simbólico de resignação como mães, esposas ou mulheres disponíveis e sensuais ao olhar da sociedade. Timm *et al.* (2011) analisam, ainda, que o sentido de ser mulher está ligado a aprovação da figura masculina e que, muitas vezes, se submete a situações de violência para manter uma união e não se sentir desamparada.

Santiago (2009), baseada na perspectiva crítica do psicólogo salvadorenho Ignacio Martin-Baró sobre a violência, aponta que essa categoria, enquanto um fenômeno de múltiplas expressões e composto por diversas peculiaridades, está diretamente ligada às estruturas sociais nas quais está inserida. Mais especificamente, ela escreve que a expressão da violência está intrinsecamente ligada ao modo de desenvolvimento e manutenção da sociedade capitalista, na forma como esse sistema social e econômico organiza os seus meios de produção e de consumo. Logo, todas as manifestações de violência, como a violência doméstica ou escolar, por exemplo, são resultados da estrutura social em que estão inseridas e que se manifestam na vida cotidiana. A partir de considerações marxistas, a autora defende que a maior e primeira de todas as violências seria, então, a divisão de classes.

Martin-Baró (1990; 2000) problematiza a violência no cenário latino-americano a partir da análise da realidade na qual vivia em El Salvador, em um contexto de guerra civil. Sua análise traz um elemento central e norteador: a perspectiva histórica. Ela é essencial para encontrar o sentido psicossocial das diversas formas de violência.

A partir disso, Martin-Baró (1990; 2000) traz à tona três tipos de violência presentes no cotidiano salvadorenho: **1 – Violência delinquencial** - a deterioração econômica, com o aumento do desemprego e do subemprego atingindo taxas de 50% da população economicamente ativa de El Salvador, estimula o roubo, homicídios, violência, prostituição infantil. A violência surge como o último recurso na satisfação de necessidades básicas da população. Há o fenômeno de desintegração social. Dos fatores que colaboram para o crescimento da violência criminal está a corrupção institucional, a impunidade política, o alcance de armas; **2 – Violência repressiva** - caracteriza-se como o principal foco de crítica, dos últimos anos, de todas as instituições defensoras dos Direitos Humanos. Nos últimos três anos, 24.544 salvadorenhos foram vítimas de repressão política, uma média de 22 homicídios por dia. A ofensiva militar se dava, principalmente, contra os simpatizantes do movimento revolucionário; **3 – Violência bélica** - É a violência direta da guerra, das pessoas mortas em

combate. Apesar do número de mortes ser menor do que os assassinatos por repressão política, a dimensão da destruição humana e material é incalculável. Ainda que o autor analise um determinado contexto, sua perspectiva histórica revela elementos que configuram diversas formas de violências, para além das citadas acima. O psicólogo salvadorenho reconhece a existência de outros tipos de violência com a população mais vulnerável, como contra as mulheres e crianças no interior das famílias e ao trabalhador nas empresas.

Posto que nosso interesse seja a violência contra as mulheres, Martin-Baró (2000) não deixa de relacionar realidades específicas com fenômenos macrossociais, isto é, pode-se falar de violência institucional ou estrutural quando estruturas sociais desempenham uma força excessiva que obriga as pessoas a agirem contra o seu próprio sentir e olhar. É difícil afirmar que exista agressão estrutural, pois o dano não é direcionado a alguém especificamente. Geralmente, tem-se a ideia de que estruturas sociais beneficiam a população e não o contrário. Para Baró (2000) a violência é fruto das condições históricas e sociais pelas quais o gênero humano passou ao decorrer do desenvolvimento da humanidade, e suas diferentes formas de manifestações estão ligadas, intrinsecamente, ao modo de organização da vida social.

A fim de clarear e delimitar nosso objeto de estudo lançamos mão da diferenciação dos diferentes tipos de violência que acometem as mulheres e, que por vezes, são utilizados como sinônimos, quando na verdade, tratam-se de categorias distintas. Primeiramente, é importante elucidar que a violência de gênero é a categoria social mais geral e ampla dentre os tipos de violência, pois ela representa a violência cometida tanto entre homem-homem, mulher-mulher e mulher-homem, sem necessariamente, explicitar a organização social de desigualdade de gênero que privilegia o masculino em detrimento do feminino. Já a violência doméstica é a violência ocorrida no âmbito doméstico, que não se restringe ao espaço físico domiciliar e pode atingir pessoas externas, porém, próximas ao núcleo familiar, como empregadas e empregados domésticos, por exemplo. Geralmente, esse tipo de violência é caracterizada como um aspecto ligado ao masculino, tendo em vista a disparidade entre

homens e mulheres agressores, pois, mesmo quando a violência é praticada por mulheres dentro de seus lares contra sua prole, para Saffioti (2001; 2015) as mulheres estão, na verdade, reproduzindo o mando patriarcal. Parafraseando Welzerlang, Saffioti (2015, p.78) elucida “a violência doméstica tem um gênero: o masculino, qualquer que seja o sexo físico do/da dominante”. Por fim, a violência (intra)familiar é definida como a violência praticada entre familiares, diferentemente da violência doméstica, ela atinge pessoas ligadas por afinidade ou parentesco sanguíneo.

Sobre o debate de gênero suscitado, Saffioti (2015) define o conceito de gênero como a construção social do masculino e do feminino. Para a autora, o gênero, além de uma categoria analítica é também uma categoria histórica, estruturante da sociedade. Gênero é a formatação do corpo e das condutas humanas segundo as normas sociais binárias que definem o que é “ser mulher” e o que é “ser homem”.

No Brasil, o conceito de gênero se alastrou na década de 1990, especialmente através da concepção desenvolvida por Joan Scott. A adesão desse termo surgiu a partir do movimento feminista na oposição ao determinismo biológico hegemônico da época (Zanello, 2012; Saffioti, 2015). Para Scott (1990) as feministas americanas iniciaram seus estudos a partir do termo “gênero” para explicitar as desiguais relações sociais baseadas na dicotomia entre sexos, contra as justificativas biológicas de diferenciação sexual. Entretanto, Scott (1990) alerta para o caráter eminentemente descritivo do conceito de gênero, usualmente utilizado como substitutivo de “mulheres”. De acordo com Scott, o conceito “gênero” emite neutralidade, pois não expressa em sua semântica qualquer desigualdade ou nível de poder. A possibilidade do vetor dominação-exploração da relação entre feminino e masculino não fica claramente demarcado. A autora, nesse sentido, realizou uma pertinente crítica a substituição e manutenção despolitizada da palavra “mulher” para “gênero”, principalmente utilizada na área das Ciências Sociais na tentativa de legitimação acadêmica dos estudos feministas desde a década 1980. Para ela a utilização da palavra “gênero” indica os construtos sociais,

realização propriamente humana, sob os papéis sociais estabelecidos enquanto estruturas fixas e naturais. Deste modo, gênero é definido como uma categoria social dada aos corpos sexuados.

A história do gênero antecede o surgimento das classes sociais, que se desenvolveram em consonância com o capitalismo, ao modo de produção industrial no século XVI. Desse modo, as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado, mas que também causou inúmeras modificações ao sistema de gênero. Nas sociedades de caça e coleta, por exemplo, a organização social de gênero era vivenciada de modo completamente diferenciado. Saffioti (2015) considera, assim, gênero como uma categoria ampla que engloba o patriarcado, pois o sistema de gênero carrega a ideologia patriarcal e é internalizado e legitimado tanto por homens quanto por mulheres.

Mesmo que diversos autores escolham tratar o patriarcado como sinônimo de dominação masculina, falocracia ou androcentrismo, Saffioti (2015) considera que a natureza desses fenômenos é distinta. A base material do regime patriarcal permanece existindo na sociedade moderna, porém, o que se transforma é a configuração de diferentes modos de expressão do patriarcado, de acordo com o espaço ou tempo histórico, como na Roma ou Grécia Antiga. Para a autora o patriarcado é um fenômeno social em constante movimento.

Saffioti (2015), a partir de seu referencial marxista, analisa o caráter ideológico do patriarcado na sociedade moderna capitalista, como um instrumento ideológico ligado aos interesses dos grupos dominantes que tem o seu poder de agir legitimado socialmente ao discriminar e marginalizar determinadas categorias sociais. Esse instrumento perpassa a sociedade e atinge, inclusive, o Estado. Para a autora, o patriarcado é a expressão do poder pautado em diferenças biológicas sexuais e penetra todas as esferas da vida social, não se restringindo, há muito tempo, somente à esfera doméstica.

Em suma, as autoras (Scott, 1990; Saffioti, 2015) convergem no posicionamento de que o gênero é um conceito demasiadamente geral, a-histórico, apolítico e pretensiosamente

neutro, enquanto a análise a partir do patriarcado, apesar de mais restritivo, possibilita demarcar histórica e politicamente o vetor dominação-exploração.

2.2. *Violência contra as mulheres: dimensões da realidade material*

Hoje no Brasil, o fenômeno da violência está generalizado e atinge, não somente os grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, mas também cidades de porte médio e pequeno. Somando-se ao desemprego, a violência aparece como uma das maiores preocupações dos brasileiros. Muitos estudiosos do tema da violência não enxergam uma associação direta entre desemprego e violência. No entanto, ao se tratar de violência contra mulheres, a correlação positiva entre os fenômenos é mais do que evidente (Saffioti, 2015). Em um mundo globalizado, Saffioti ressalta o papel do capitalismo moderno, caracterizado pelas recorrentes crises econômicas e a hegemonia do capital financeiro, na perpetuação da desigualdade social, na qual a acumulação de bens é, proporcionalmente, positiva ao crescimento da miséria.

Para Saffioti (1996; 2001) na sociedade brasileira não existe a divisão cartesiana nas categorias classe, raça/etnia e gênero, senão para o isolamento dessas esferas para fins analíticos de investigação. Essa tríade entrelaçada é caracterizada pela autora como as três contradições básicas do sistema capitalista e, que, não ingenuamente, possibilitam a exploração máxima da força de trabalho desses determinados grupos sociais. Através da pesquisa realizada pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) em parceria com Saffioti no ano de 1990, ao tomar o homem branco como referência, os resultados revelaram que a mulher branca, comparada ao homem branco, recebia apenas 55,3% de seu salário, enquanto o homem negro recebia acerca de 48,7% e a mulher negra somente 27,6% do salário.

Investigações sobre a violência contra as mulheres no Brasil, como a pesquisa de opinião desenvolvida pelo Senado Federal em 2012 e o “Mapa de Violência 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil”³ revelam que de um levantamento de 84 países, o Brasil ocupou a

³ Pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA) em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

sétima (7ª) colocação com o maior número de casos notificados de violência contra a mulher, acima somente de El Salvador (1º), Trinidad e Tobago (2º), Guatemala (3º), Rússia (4º), Colômbia (5º) e Belize (6º) (DataSenado, 2013; Waiselfisz, 2012). Recentemente, o Mapa de Violência (Waiselfisz, 2015) em parceria com a antiga Secretaria de Políticas para Mulheres foi atualizado no ano de 2015 e o Brasil passou da sétima à quinta posição, do total de 83 países, nos números de notificação da violência contra as mulheres. Agora, o Brasil está atrás, nesta lista, apenas de El Salvador (1º), Colômbia (2º), Guatemala (3º), Rússia (4º), Brasil (5º), como o país que mais se notifica homicídios contra as mulheres, com uma média de 4,8 mortes para cada 100 mulheres. É uma gritante diferença se compararmos as taxas de países desenvolvidos como o Reino Unido (48 vezes menor), Irlanda e Dinamarca (24 vezes menor).

O estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no ano de 2013, apontou que entre 2001 e 2011 ocorreram 50 mil mortes de mulheres por conflitos de gênero, sendo a maioria cometida por homens parceiros íntimos da vítima. Os estados do nordeste são os primeiros na lista de feminicídios, porém é o Espírito Santo o estado do Brasil com a maior taxa dentre o período analisado de 2006 a 2011, o que representa 11,24 mortes a cada 100 mil mulheres. A média nacional foi de 5.664 por ano, ou seja, uma mulher foi morta a cada meia hora (Garcia, *et al*, 2013). Entretanto, no ano de 2013, na pesquisa atualizada em 2015, os estados de Vitória, Maceió, João Pessoa e Fortaleza foram as capitais com as mais altas taxas de homicídio, ultrapassando os 10 homicídios para cada 100 mil mulheres. Os estados nordestinos continuaram no topo da lista de homicídios de mulheres, apresentando um crescimento de 79,9% nos últimos dez anos. Enquanto São Paulo e Rio de Janeiro são as capitais com a menor taxa de notificação. Apesar de uma sutil queda nos feminicídios no ano seguinte à regulamentação da Lei Maria da Penha⁴, observa-se que não houve redução nos números de mortalidade de mulheres nos anos seguintes (Waiselfisz, 2012; 2015).

⁴ A Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, pode ser encontrada em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>.

Atualmente, no plano legislativo, aprovou-se a lei nº 13.104 promulgada em 09 de março de 2015, altera o artigo primeiro da Lei nº 8.072/1990 e o artigo 121 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 do Código Penal⁵, ao incluir o feminicídio como uma expressão do homicídio qualificado, além de classificá-lo no rol dos crimes hediondos, respectivamente. O feminicídio, no que diz respeito aos crimes contra a vida, caracteriza-se como crime: “VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, exigindo a pena de reclusão de doze a trinta anos do autor. No parágrafo segundo: “considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher”.

Na pesquisa realizada por Garcia *et al* (2013), a partir de um levantamento de dados sobre o perfil dos óbitos de mulheres, os autores alertam para a insuficiência das informações obtidas através dos registros de óbito das vítimas, pois grande parte dos documentos não descrevia, por exemplo, a causa específica da morte das vítimas. Nos Mapas da Violência (Waiselfisz, 2012; 2015), a fonte de dados utilizada foi o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), com a atualização de dados preliminares do Ministério da Saúde (MS). Foi possível observar que as declarações de óbito analisadas seguem o manual de Classificação Internacional de Doenças, especificamente, a décima revisão do manual CID-10, da Organização Mundial da Saúde (OMS). Deste modo, o encaminhamento para os profissionais responsáveis pela descrição do óbito é bastante genérico, pois, a recomendação da OMS (2011) é que se descreva a causa da morte através de títulos amplos como “homicídio” ou “agressões intencionais”, por exemplo. Portanto, diante da problemática destacada, as autoras consideram a impossibilidade de se avaliar, satisfatoriamente, a influência dos determinantes no fenômeno da violência, resultantes de outros tipos de violência e agressão. Esta condição explicita a dificuldade da avaliação do

⁵ Para verificar a lei nº 13.104 promulgada em 09 de março de 2015, consultar <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>.

fenômeno da violência por parte dos profissionais envolvidos na elaboração dos registros de óbito. Quando os profissionais se deparam com uma violência específica e complexa, como a violência relacionada ao gênero, e não há o reconhecimento social do fenômeno, isso impossibilita a investigação dos diversos tipos de violência que precedem um feminicídio.

De acordo com Stecanela e Ferreira (2009), a partir de entrevistas realizadas com 27 mulheres que sofreram violência de gênero, pode-se observar que as vítimas dificilmente reconheceram a violência emocional ou psicológica como um tipo de violência. O reconhecimento se torna difícil às vítimas pela elevada recorrência no cotidiano das mulheres, tornando as ameaças verbais, as coações, as chantagens e as humilhações como atitudes naturalizadas na relação estabelecida ou de culpabilização da própria mulher. Isso leva a sentimentos de humilhação, desvalorização e impotência nas mulheres vítimas, tornando o rompimento do ciclo de violência ainda mais dificultoso. Saffioti (2015) constata que a agressão mais comum entre mulheres vítimas de violência é a lesão corporal dolosa, 11% das mulheres entrevistadas, no período de 1988 a 1992, o que corresponde a aproximadamente 6,8 milhões de mulheres vivas no Brasil. Desse percentual, 32% das mulheres assumem já terem sofrido esse tipo de violência pelo menos uma vez, enquanto 11% admitiram a ocorrência por mais de dez vezes na vida. Entretanto, a violência de mais difícil de reconhecimento social e subjetivo é a violência emocional e moral, que resulta na constante provocação de sentimentos de humilhação e, mesmo que de modo invisível, estão sempre presentes em qualquer tipo de expressão de agressão. Para Sardenberg e Silva (2014) as notificações registradas ainda estão distantes dos valores reais sobre a violência cometida contra as mulheres no cotidiano, pois, o processo de denúncia envolve sentimentos como o medo, a vergonha e a culpa vivenciada pela mulher agredida. A falta de informações e conhecimento sobre os fatores que envolvem essa modalidade de violência na sociedade, também, são impeditivos consideráveis para que o reconhecimento e, conseqüentemente, o número de denúncias seja maior. Outro fator, que dificulta a colheita de informações com qualidade,

decorre da falta de preparação dos profissionais e das instituições que lidam com o atendimento de mulheres em situação de violência, pois, muitas vezes, também são reprodutores da desigualdade de gênero vivenciada pelas mulheres. Zuluaga (1999) ressalta a atitude culpabilizante e assistencialista de muitos profissionais frente a esse fenômeno, pois os comportamentos violentos expressos no âmbito familiar estão profundamente enraizados em nossa cultura. Nas palavras da autora “las personas destinadas a prestar apoyo a las parejas (psicólogos, funcionarios públicos, periodistas, etc) tienen, como único punto de referencia, ese mismo esquema conservador que impera en la sociedad en torno a las relaciones familiares” (p. 112).

No que tange a opinião pública sobre a condição de violência contra a mulher, o recente levantamento apresentado pelo Ipea⁶ no ano de 2014 foi significativo no sentido de analisar certos paradoxos que impedem a efetivação de políticas públicas, como a Lei Maria da Penha, na prática cotidiana. E, apesar de a maioria quase absoluta das mulheres, 99% das entrevistadas (DataSenado, 2013), já ter ouvido falar na Lei, além de todos os estratos sociais abordados pelo IPEA (2014) concordarem com a prisão do agressor em situação de violência doméstica, a pesquisa revela que:

Quase três quintos dos entrevistados, 58%, concordaram, total ou parcialmente, que “*se as mulheres soubessem se comportar haveria menos estupros*”. E 63% concordaram, total ou parcialmente, que “*casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família*”. Também, 89% dos entrevistados tenderam a concordar que “*a roupa suja deve ser lavada em casa*”; e 82% que “*em briga de marido e mulher não se mete a colher*” (p. 03).

Diante de tais resultados, os autores analisam, ainda, que há ideias e valores contraditórios frente a um mesmo fenômeno, ora explicitando a necessidade de intervenção do

⁶ IPEA é o Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Estado em situações concretas de violência, ora reduzindo a agressão ao âmbito individual e privado. Na compreensão e análise dos resultados da pesquisa de percepção à “Tolerância social à violência contra as mulheres”, o IPEA (2014) concluiu que a organização social brasileira é baseada em um modelo familiar patriarcal preponderante. Por conseguinte, mesmo com as recentes transformações sociais que possibilitaram à mulher ocupar espaços públicos, é o homem o detentor do poder sobre a esfera tanto política quanto doméstica (Sardenberg & Silva 2014). A violência doméstica, neste sentido, remete-nos a resquícios dos tempos da Antiga Grécia, pois “a família patriarcal organiza-se em torno da autoridade; para manter esta autoridade e reafirmá-la, o recurso à violência – física ou psíquica – está sempre presente, seja de maneira efetiva, seja de maneira subliminar” (IPEA, 2014, p.04). A ideologia mascarada da manutenção desse modelo familiar é perpetuadora de violência e impede a denúncia ou o reconhecimento da situação de violência (Saffioti, 2015; Sardenberg & Silva 2014). Zuluaga (1999) reflete sobre a violência intrafamiliar, cometida contra mulheres e crianças, enquanto um fenômeno de amplas dimensões, mas que tem sido tratado, pela população em geral, a partir de crenças estereotipadas e argumentos insipientes em torno da família. Para a autora, essa concepção impossibilita o tratamento da questão da violência para além do âmbito privado, pois a manutenção dos valores e normas específicas da estrutura familiar acabam sendo perpetuadas. Desse modo, os papéis designados a cada gênero se mantêm cristalizados, pela lógica da naturalização do que significa ser mulher ou homem em nossa sociedade, como uma predestinação, algo dado, permanente e imutável.

Como podemos observar, apesar dos altos números de violência contra a mulher no Brasil, a temática mostra-se como um conflito de preocupação de escala mundial (Uyeda, 2009). No Brasil, a disposição de direitos e obrigações igualitárias entre homens e mulheres, inscrita na Constituição Federal Brasileira de 1988, não garantiu a diminuição do fenômeno na realidade concreta e cotidiana das mulheres. E, apesar da implantação de leis de proteção a mulheres vítimas de violência, como a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), lei que

criminaliza a violência doméstica contra a mulher no Brasil, o número crescente de notificações de casos de feminicídios registrados, homicídios contra mulheres por razões de gênero, continuou a aumentar nos últimos anos no país. Somente nas últimas três décadas, desde 1980 a 2013, mais de 106 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, o que representa um aumento de 252% no número de notificações de assassinatos de mulheres nesse período.

Veja-se a Figura 1 abaixo:

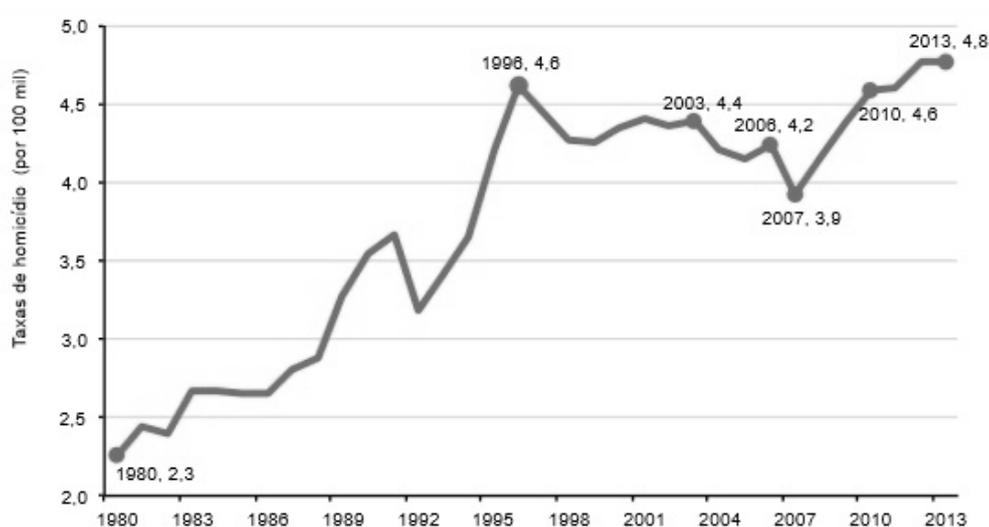


Figura 1: Evolução das taxas de homicídio de mulheres (por 100 mil) no Brasil no período de 1980 a 2013⁷.

Ao compararmos as taxas de notificação de homicídios contra mulheres ao número total de homicídios notificados no Brasil (Waiselfisz, 2012)⁸ é possível observar que no ano de 2003 a taxa de homicídios contra mulheres foi de 4,4, enquanto a taxa total de homicídios foi de 54,7 notificações a cada 100 mil indivíduos brasileiros (20,6 correspondente à população branca e 34,1 à população negra). No ano de 2010 a taxa total de notificação de homicídios foi de 51,5 (15,5 correspondente à população branca e 36 à população negra), enquanto a taxa total de homicídios contra mulheres foi de 4,6. Posto isso, percebemos que,

⁷ Fonte: Waiselfisz, J. J. (2015). Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>.

⁸ Fonte: Waiselfisz, J. J. (2012). Mapa da Violência 2012: A cor dos homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>.

apesar da taxa de violência ter diminuído na comparação entre o ano de 2002 e 2010 na população geral, o índice de notificações de homicídios contra mulheres aumentou, assim como a taxa de homicídios da população negra do país.

Em suma, observa-se que, culturalmente, há uma divisão social das esferas pública e privada, em que voga-se o pensamento de que conflitos ocorridos na intimidade não podem ter inferência pública, como muito bem exemplifica a expressão “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, o que dificulta o enfrentamento desse fenômeno no Brasil (Saffioti, 2001; 2015).

A seguir, discorreremos brevemente sobre processos de resistência e luta das mulheres, com alguns destaques para determinados movimentos sociais.

2.3. Resistência e luta: o lugar do feminismo

Como vimos, a desigualdade entre homens e mulheres é um problema de escala global e, no decorrer da história, foi justificada através de discursos sexistas em nome da “sobrevivência da espécie”, a partir de compreensões biológicas naturalistas. No campo dos movimentos sociais e da luta por equidade de direitos civis, o feminismo foi um dos movimentos políticos e filosóficos mais expressivos do século XX, provocando mudanças nas diferenças entre homens e mulheres, o que influenciou e influencia a constituição de nossas identidades (Silva, 2010). O movimento feminista, na recusa da compreensão hegemônica e naturalista da diferenciação sexual entre as espécies, surge como uma ação coletiva de denúncia aos padrões de opressão impostos às mulheres por uma sociedade de dominação masculina e patriarcal. O feminismo mostrou-se fundamental na teoria política das últimas décadas, seja pela militância na igualdade de gêneros ou pela investigação da gênese e dos mecanismos de dominação masculina (Miguel & Biroli, 2014). O sexismo e as representações das mulheres subordinadas ao masculino materializaram-se na violência e têm sido alvo de constantes mobilizações pelos movimentos feministas, assim como a inserção do fenômeno nas políticas públicas. Há a intenção de transpor o caráter privado e íntimo da violência doméstica ao torná-la uma questão de cunho público e social. (Ipea, 2014; Zuluaga, 1999).

A partir das notadas contribuições do movimento e teoria feminista, enquanto prática, inclusive emancipatória, optamos por caminhar pela história desta filosofia política e social. Desta forma, o feminismo pode ser definido nas palavras de Garcia (2011) como:

A tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim (Garcia, 2011, p. 13).

No mundo ocidental, o feminismo surge como movimento político e intelectual na virada do século XVIII como um fruto indesejado da Revolução Francesa. Pois, o direito para as mulheres não interessava a revolucionários franceses, que seguiam os pensamentos filosóficos de Rousseau que garantia a liberdade somente aos homens iguais, tendo em vista que às mulheres era reservada a esfera privada. (Miguel & Biroli, 2014). Às mulheres não cabia o lugar de sujeito, pois o conceito de cidadão, consolidado através da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, somente era destinado aos indivíduos, cidadãos livres e iguais, legitimados pelo referido pacto social entre homens. Nas palavras de Pateman (1993 *apud* Saffioti, 2015) “a liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal”, este último que perpassa a sociedade e atinge, inclusive, o Estado.

Ao longo da história, diferentes formas de organização aconteceram por diferentes objetivos reivindicatórios, o que revela o caráter heterogêneo dos interesses femininos. O ano de 1848 foi celebrado pelo sufrágio feminino universal, principalmente nos EUA e na Grã-Bretanha, e teve como objetivo a luta por direitos iguais através de movimentos reformistas. Além de distintas demandas referentes a diferentes países, como o direito ao acesso à Educação, a melhora na situação judiciária das mulheres e contra a discriminação feminina, caracterizaram a primeira onda do feminismo (Durães; Lima; de Oliveira, 2008). A segunda onda, com início nos anos 1960, representou o período pós-guerra e a ampliação da participação das mulheres em espaços, que antes eram exclusivos dos homens, os ambientes públicos como a política. No Brasil, o movimento feminista teve seu grande marco e expressão nas décadas de 1960 e 1970, como um movimento composto por mulheres de esquerda marxista em luta contra a situação política de ditadura da época. Houve, sobretudo, acontecimentos históricos no cenário internacional, que também contribuíram para a expansão da luta pelos direitos das mulheres. A título de exemplo, veja-se o Ano Internacional da mulher em 1975, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), que reconheceu a

discriminação contra as mulheres como um problema de ordem social e mundial (Sarti, 2001). De acordo com Corrêa (2001), nesta mesma época, no Brasil, o movimento de mulheres estava articulado com outras reivindicações populares na luta por melhores condições de vida, contra situações de opressões raciais, xenofóbicas e pela garantia dos direitos dos homossexuais.

Os estudos feministas na Academia começaram a tomar corpo, após a segunda vaga feminista, a partir da década de 1960, e igualmente surgiu o interesse da Psicologia sobre o tema, a partir de críticas voltadas aos sistemas de poder e dominação, através da objetividade científica ligada ao referencial masculino. Um modelo androcêntrico que colocava o homem como parâmetro para se compreender a mulher. Havia o consenso nas pautas feministas da ausência de mulheres na produção de conhecimento científico, assim como a necessidade de se incorporar as questões de gênero no processo de pesquisa, em uma perspectiva anti-sexista (Neves & Nogueira, 2003).

Além das questões de opressão e luta com o momento político vivenciado, no período de ditadura, o feminismo brasileiro também se confrontou com um problema estrutural na dificuldade de articular à sua base marxista a questão da subjetividade, levando a ideologia do movimento, de modo geral, a se desestabilizar. O feminismo teve, então, que ampliar-se como movimento de mulheres interclasses e não somente circunscrito à classe média intelectual militante (Sarti, 2004). Aliou-se às mais diversas questões de gênero e até mesmo a religiões que se voltavam às necessidades das massas, como a Teologia da Libertação e religiões afro-brasileiras (De Souza, Baldwin & Rosa, 2000). Era urgente ganhar força enquanto movimento coletivo de mulheres, que as mais diversas demandas referentes ao “ser mulher” na sociedade da época.

A partir da década de 1980, a teoria feminista, de modo geral, preocupou-se com a crítica ao “sujeito moderno universal” e a categoria universal referente ao “ser mulher” difundidas pelo feminismo da segunda onda. Na intenção de unificar as pautas das mulheres,

o movimento feminista reivindicatório de até então acabou por defender exclusivamente os interesses de uma determinada ala de mulheres: as brancas, ocidentais e de classe média. O objetivo central deste feminismo moderno e pós-estruturalista de terceira vaga foi o de contextualizar a categoria “mulher” ao expressar diferenças inscritas no corpo e as desigualdades raciais, de classe e políticas. As grandes referências destes corpos teóricos foram Judith Butler e Seyla Benhabib, respectivamente (Chambouleyron, 2009).

Há muita polêmica no que é considerado reivindicação universal no campo de direitos das mulheres, como o que é igualdade e desigualdade, semelhança e diferença, universal e particular. A dificuldade de articular as diferentes demandas referentes a categoria “mulher”, apesar de continuar sendo até hoje uma problemática, não invalidou a posição e importância alcançada pelo movimento. Apesar da amplitude do leque de discussões sobre a definição dos movimentos feministas, é certo que ele é reconhecido como um espaço de conflito e negociação, que busca alterar estruturas definidas pela desigualdade de gênero, configurados em relações de opressões e dominação (Durães *et al*, 2008).

Sarti (2001) aponta que através da articulação simultânea da heterogeneidade e da singularidade, o feminismo tem sido capaz de se opor às opressões materiais concretas. Apesar de o estabelecimento de alianças se configurar como uma problemática, o feminismo tem se mantido, como movimento social, num contínuo embate de articulação entre heterogeneidade e singularidade. Sendo assim, entendemos que os acontecimentos histórico-políticos e as experiências individuais das trajetórias de vida influenciaram gerações de mulheres e homens, e modificaram formas de pensar e viver.

2.4. Políticas Públicas para Mulheres

Faleiros (2013) considera as políticas sociais de forma ampla englobada nas inúmeras áreas sociais, desde a saúde e a educação até os mais diversos programas de assistência às minorias populares. Muitos estados e municípios investem em programas sociais privados articulados com o co-financiamento público, e, historicamente, foram coordenados pelas primeiras-damas nos moldes assistencialistas. Essa comunhão é reconhecida por alguns autores como o chamado Estado ampliado.

A solidariedade social, como usada na Previdência Social, trouxe a ideia da colaboração social pautada na caridade privada. O Estado, no estreitamento do diálogo com as massas populacionais, se utilizou de discursos para disfarçar a divisão de classes entre exploradores e explorados. A sociedade foi, então, considerada entre pobres e ricos, fracos e fortes. Concepção que serviria para justificar a incapacidade individual da própria condição humana, desconsiderando as construções sociais específicas. Para Faleiros (2013, p.20) “as políticas aparecem como proteção a determinadas categorias que seriam mais frágeis individualmente”.

No Brasil, o campo de políticas públicas vem se consolidando desde a década de 1980 em torno da “questão social”, na contradição entre capital e trabalho, funcionando como importante ferramenta estatal no desenvolvimento capitalista na administração dos recursos públicos (Guzzo, Mezzalira & Moreira, 2014).

Grossi, Tavares & de Oliveira (2008) apontam que um dos avanços mais significativos da década de 1980 foi a visibilidade de campanhas contra a violência de gênero e a implementação de coordenadorias municipais e estaduais das mulheres, além da Secretaria Especial de Políticas Públicas para a Mulher no Brasil (SPM). Todas essas conquistas realizadas através das reivindicações do movimento de mulheres e do Conselho Estadual da Condição Feminina. A partir da Constituição Federal de 1988 houve uma mudança significativa no campo das políticas públicas, que conferiu a aprovação e inclusão de

aproximadamente 80% das propostas realizadas pelo movimento de mulheres da época (Carneiro, 2003). A violência doméstica, considerada estrita à esfera privada passou a ser considerada um problema social e de intervenção estatal. Desde então, tivemos a inserção de medidas providas pelo Estado, a fim de reduzir o número de agressões contra as mulheres, na garantia de seus direitos enquanto cidadãs e pela violência se caracterizar como um problema de saúde pública (Carneiro, 2003). Houve a criação, nesse período, das Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM), sendo a primeira inaugurada na cidade de São Paulo em 1985. Atualmente, existem mais 152 delegacias especializadas no atendimento às mulheres, sendo a maioria localizada nas capitais, principalmente, em São Paulo.

A partir de 1990, o Estado desenvolveu uma rede de atendimento e de ações promotoras da igualdade de gênero, através dos serviços de saúde e assistência, como as delegacias da defesa da mulher, as Casas-Abrigo, os Centros de Referências Multiprofissionais, Centros de Saúde, Defensoria Pública, Instituto Médico Legal (IML). Todavia, somente em 2003, foi fundada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, que promoveu subsídios para a formulação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) no ano consecutivo. O plano governamental destinado à implementação de políticas públicas para as mulheres foi realizado graças às deliberações do I Conferência Nacional de Políticas para as mulheres (CNPM), processo que envolveu mais de 120 mil mulheres na construção e debate (PNPM, 2008).

Nos Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, o objetivo estratégico de atuação sugere que os profissionais desenvolvam juntamente às mulheres: “autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e, enfrentamento à violência contra as mulheres” (PNPM, 2004, p.13). Compromisso assumido pelo Estado, a partir da Convenção de Belém do Pará – Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994) – e na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a

Mulher – Cedaw (1981). Neste campo, devem ser implementadas iniciativas que promovam o fortalecimento das mulheres, o seu resgate como sujeitos de direitos e o acesso à justiça. Dos serviços desenvolvidos pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, atual Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, no que se tange às políticas públicas para as mulheres desde o ano de 2003, contamos, ainda, com programas do enfrentamento e combate à violência contra a mulher, tais como: Lei Maria da Penha; Ligue 180 – Central de atendimento à mulher; Pacto Nacional; Programa ‘Mulher, Viver sem Violência’; além de diversas campanhas temáticas.

Os serviços destinados às mulheres vítimas de violência, no ano de 2007, com a criação do Pacto Nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres, houve a ampliação e integração dos serviços voltados às mulheres em situação de violência. Em 2013, o programa “Mulher, viver sem violência” criado pelo decreto nº 8.086, teve como objetivo integrar as áreas da saúde, da justiça, da segurança pública e da rede socioassistencial no atendimento profissional especializado, como:

- a) Implementação da Casa da Mulher Brasileira; b) Ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; c) Organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual; d) Implantação e Manutenção dos Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca; e) Campanhas continuadas de conscientização; f) Unidades Móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta.

A Casa da Mulher Brasileira surgiu como uma iniciativa em 1977 diante da problemática de violência contra a mulher, quando um grupo feminista fundou um espaço de conscientização e atendimento gratuito às mulheres vítimas de agressões, chamado a Casa da Mulher. A partir da criação das Delegacias da Mulher realizou-se um acordo com a Procuradoria do Estado, possibilitando a visibilidade e encaminhamento aos serviços da Casa da Mulher. Anterior a esse processo era comum a mulher passar por um duplo

constrangimento ao denunciar a violência sofrida nas delegacias comuns, pois havia o imaginário dos profissionais de que em “briga de marido e mulher não se mete a colher”. Ao chegar à Casa da Mulher, primeiramente, as mulheres recebiam o respaldo e apoio jurídico, e em um segundo momento, não menos importante, era disponibilizado o atendimento psicológico.

Varela (1988) observava que era necessário um trabalho intenso na reestruturação das mulheres para que o ciclo de violência não se repetisse. Em casos de alto risco, as mulheres poderiam ficar até três meses, juntamente com os seus filhos na Casa da Mulher Espancada, inaugurada em 1988. Sobre a dificuldade de rompimento do vínculo com o companheiro agressor a autora constatou que a ruptura do vínculo é complexa, pois, além da dependência financeira, há a dependência afetiva, o que leva, muitas vezes, à confusão entre os papéis de esposa e mãe. Apenas 50% das mulheres atendidas levaram a cabo a decisão de separação conjugal, pois, elas afirmavam que se a situação estava ruim com os parceiros amorosos, pior seria a vida delas sem esses homens. A questão econômica, também, é considerada um fator de grande influência sobre a tomada de decisão da mulher que se encontra em situação de violência. Questões como o desemprego, a falta de moradia própria, os baixos salários e a dupla jornada de trabalho da mulher são alguns dos agravantes na decisão de deixar a relação violenta e sustentar sozinha a si e sua prole. Apesar das impossibilidades destacadas, Varella (1988) constatou, a partir dos atendimentos na Casa da Mulher, que é a mulher a pessoa mais equilibrada e, simultaneamente, o depositário dos conflitos do núcleo familiar.

O Ligue 180 – Central de atendimento à mulher, somente no primeiro semestre de 2015, já obteve 32 mil ligações de denúncias relacionadas à violência contra a mulher, uma média de 179 relatos por dia. A recorrência sistemática das agressões aparece em 75% dos casos. O tipo de violência relatado com maior frequência nos atendimentos foi o da violência física, que corresponde a um total de 92 ligações por dia, representando 51,4% do total de ligações. Em seguida, surge a violência psicológica com um número aproximado de 10 mil

casos. O comportamento de perseguição figura como a violência psicológica mais comum e representa 55 casos por dia. Outros tipos de violência também aparecem, porém com menor frequência, como o cárcere privado, a violência moral, sexual e patrimonial. Os Estados que mais realizaram denúncias de casos de violência contra mulheres são o Distrito Federal, seguido pelo Piauí e Goiás, respectivamente. Esse serviço, que compõe a rede nacional de atendimento às mulheres em situação de violência existe desde 2005 e já recebeu mais de quatro milhões de ligações de todo o Brasil. Além do Brasil, mais 16 países já disponibilizaram o serviço por telefone entre as Américas Latina e do Norte e no continente europeu⁹.

No ano de 2015, além da criação da lei do feminicídio, também foram inauguradas as duas primeiras “Casas da Mulher Brasileira”, uma em Campo Grande (MS) e outra em Brasília (DF). Esse novo espaço conta com a integração de diversos serviços públicos disponíveis para o acolhimento e atendimento de casos de violência contra as mulheres, dentre eles: “apoio psicossocial; delegacia; juizado especializado em violência doméstica e familiar contra as mulheres; Ministério Público e Defensoria Pública; serviço de promoção e autonomia econômica; brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes”¹⁰.

Um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014 aponta que 24 dos 27 estados brasileiros contam com o programa de políticas de proteção às mulheres em situação de violência doméstica e 45,2% dos municípios dispõe de alguma política. O número de Delegacias Especializadas no atendimento às mulheres teve um aumento de 44 unidades em um período de cinco anos, passando de 397 unidades em 2009 para 441 em 2014, um crescimento de 11% comparado no período investigado (Portal Brasil, 2015).

⁹ Disponível no site oficial do Governo Federal: Portal Brasil <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/179-relatos-de-violencia-contra-mulheres-por-dia-em-2015-o-balanco-do-ligue-180>>.

¹⁰ Disponível no site oficial do Governo Federal: Portal Brasil <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/femicidio-e-casa-da-mulher-brasileira-confira-iniciativas-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher>>.

Todas essas iniciativas foram garantidas e fortalecidas pela Lei Maria da Penha como medidas integradas de prevenção e intervenção, tendo em vista a integração do “Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação” (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006).

2.5. *A psicologia operacionalizada nas políticas de violência*

“O discurso do Compromisso Social da Psicologia tornou-se referência para um novo projeto de profissão e de ciência. Não queríamos mais percorrer um trajeto “elitista” e estreito. Queríamos servir à sociedade em suas carências e necessidades a partir da Psicologia” (Bock, 2010, p. 07).

A epígrafe acima ilustra um momento importante na história da Psicologia, oferecendo aos psicólogos um novo projeto ético-político de profissão, o do Compromisso Social da Psicologia. É notável que a psicologia se desenvolveu, enquanto ciência e profissão, na centralidade do individualismo metodológico, o que demonstra a impossibilidade de se desvincular de seu contexto político (Oliveira & Yamamoto, 2014). Bastos, Yamamoto & Rodrigues (2013) consideram que um campo profissional se estende para além da produção de instrumentos e conhecimentos na resolução de problemas e demandas sociais, eles afirmam que a profissão é, antes de qualquer coisa, “uma comunidade de pessoas que, em torno de uma base mais ou menos comum de práticas, deve compartilhar valores e regras de conduta que assegurem tanto o padrão de qualidade de suas intervenções quanto as relações com os seus pares e com a sociedade” (p. 25). Baseados em Bock (1999), Bastos *et al* (2013) ressaltam a urgência em se repensar como os fenômenos são tradicionalmente pensados e, portanto, desnaturalizá-los através do reconhecimento de suas origens, pois, apesar de os campos profissionais estão se diversificando, mas as práticas tradicionais permanecem as mesmas. De acordo com os autores, vale lembrar de que os campos profissionais são criados e desenvolvidos historicamente e são moldados por seus agentes, demonstrando uma íntima relação entre a sociedade e as práticas profissionais. Isso permite o aperfeiçoamento de conhecimentos e técnicas alinhados com a época e seus problemas concretos. Dessa forma, as ações práticas cumprem um papel social e estão, sempre, em disputa ideológica.

A título de exemplo, o primeiro compromisso da psicologia, a partir de diversas denúncias, foi com as elites brasileiras e com o Estado autoritário da época ditatorial. Porém,

neste momento, com a instalação do neoliberalismo, o compromisso que tem sido construído é o do desenvolvimento social e do atendimento às necessidades básicas da sociedade. Gonçalves (2010, p. 80) esclarece “vivemos a conjuntura do neoliberalismo, que solapa as conquistas sociais, que garantiam a presença de um Estado forte e ele próprio implementador de políticas, na direção da desregulamentação, da privatização e da ótica do mercado, na busca do ‘Estado mínimo’.” Nesse sentido, ambos os autores defendem um projeto ético-político da profissão baseado no Compromisso Social da Psicologia e na adesão a seu código de ética profissional.

Timm *et al* (2011) consideram que ao pregar princípios de neutralidade e objetividade, a Psicologia acaba por marginalizar os variados aspectos que constituem o ser humano enquanto sujeito político e social às esferas individuais e abstratas. A neutralidade e dicotomia científica, característica de um pensamento androcêntrico, faz dos estudos alternativos a este modelo marginais à credibilidade e desenvolvimento na área. Saffioti (2015) afirma que cientistas que pregam a neutralidade científica desconsideram o comprometimento político-ideológico das ciências, que, contrário a ser um fenômeno natural, é construído de modo histórico, social e político. Neste sentido, a produção intelectual acadêmica ocidental pode se configurar como importante instrumento a serviço dos interesses internacionais do ocidente, a partir do capitalismo global. Há, deste modo, a reprodução ideológica das relações sociais baseadas pela lógica dominante, e, no caso das mulheres, a situação é ainda mais desigual, devido às questões relativas ao gênero. Spivak (2010) em seu célebre livro “Pode o subalterno falar” chama-nos a atenção para o desafio de confronto aos discursos hegemônicos produzidos pela ciência, dos perigos da prática discursiva intelectual ao roubar o espaço de fala do ‘outro’, nesse caso o ‘outro’ é o sujeito colonizado, o subalterno proletário. Este reconhecimento permite questionar o próprio lugar de onde se teoriza, pois “nunca desejamos o que vai contra nossos interesses, porque o interesse sempre segue e se encontra onde o desejo está localizado” (p. 27).

Lawthom (1999) defende uma postura crítica da psicologia ao se opor, principalmente, à psicologia hegemônica (*mainstream*) que é compreendida como positivista ou empirista, apolítica, não dinâmica e individualista. Neste sentido, Parker (2004) considera que a teoria feminista, como unidade de discurso, tem se mostrado uma das mais importantes fontes de novas ideias às metodologias qualitativas em Psicologia, desde a sua inserção nas Ciências Sociais e nos movimentos sociais na década de 1960. O feminismo questionou os mais variados tipos de opressão sofridos pela mulher, além da noção de privacidade estabelecida e naturalizada nos relacionamentos, que, na verdade, tentam mascarar e justificar as reproduções desiguais de poder. Enquanto a prática da psicologia tradicional continuar a reforçar valores mantenedores de desigualdades e opressões, o foco de uma psicologia crítica deve ser na transformação e engajamento político (Lawthom, 1999).

Inserida na área do Serviço Social, Santiago (2009) enfatiza a relevância do diálogo de sua área com outras áreas de conhecimento, que levam em conta o papel do desenvolvimento das condições econômico-sociais na base do desenvolvimento do ser humano. A autora aponta a dificuldade de encontrar contribuições teóricas críticas que subsidiem e orientem a prática profissional, para a construção de um debate coerente a partir dos fenômenos sociais. Na interação com a Psicologia, Santiago (2009) destaca a necessidade de uma psicologia alternativa e crítica à psicologia hegemônica, a qual parte, muitas vezes, de discursos biológicos sexistas na compreensão do desenvolvimento dos indivíduos. Seu posicionamento, assim como de Martín-Baró (1996), se contrapõe às análises pautadas em aspectos biológicos ou sistêmicos, que para eles, resultariam em considerações individualizantes do problema da violência. Para Baró (1996, p.07) “o trabalho profissional do psicólogo deve ser definido em função das circunstâncias concretas da população a que deve atender”, ou seja, o profissional psicólogo deve ter em seu horizonte a conscientização da população na superação de sua identidade pessoal e social alienada. Uma prática coerente com o contexto de injustiça

estrutural, violência exacerbada e opressão militar, como é o caso da realidade latino-americana.

É necessário que, para além do discurso do “Compromisso Social da Psicologia”, os psicólogos possam compreender os limites das políticas sociais em um contexto capitalista periférico de produção e reprodução da vida cotidiana, como é o caso do Brasil. Caso contrário, o projeto-ético da profissão pode servir como mais um instrumento da mercantilização da atuação em psicologia (Oliveira & Yamamoto, 2014).

3. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

3.1. *Fundamentos teórico-metodológicos*

A partir da Psicologia compreendida como uma área de conhecimento circunscrita às Ciências Humanas e Sociais, a presente pesquisa apresenta uma perspectiva psicológica crítica na compreensão dos comportamentos humanos. Crítica no sentido de por em questão ações e interpretações hegemônicas presentes na psicologia tradicional, dado o modelo positivista biomédico no qual se perpetuam, com a proposta de subversão dos valores dominantes ainda presentes (Guzzo, 2014).

Metodologicamente, partimos de uma posição crítica a vertentes hegemônicas no campo disciplinar psicológico que assumem epistemologicamente o idealismo filosófico ou o modelo biomédico das ciências naturais. Neste sentido, trazemos à tona a lógica materialista histórico-dialética que rompe com determinismos imutáveis, universais e abstratos (Paulo Netto, 2011). Deste modo, concordamos com a concepção do autor de que “o método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se expõe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (Paulo Netto, 2011, p.53).

Para Pires (1997) a noção de racionalidade e objetividade instaurada pelo período do Renascentismo contribuiu para a marginalização da lógica dialética de compreensão da realidade pelas ciências e pela filosofia. Desde o surgimento no século XIX, as Ciências Humanas diferenciam-se das Ciências Naturais por escolher o homem como seu objeto de estudo. Somente com a retomada de Emmanuel Kant, Hegel pôde desenvolver a dialética enquanto método na superação da dicotomia entre sujeito e objeto, a partir dos “princípios da contradição, da totalidade e da historicidade” (Pires, 1997, p. 85)

Desde os princípios da humanidade, o ser humano busca respostas às suas indagações e conflitos diante do mundo. Dos mitos ao conhecimento científico, o ser humano

galgou sua história até a sociedade moderna na procura de explicações para a sua existência (Guareschi, 1998). Entretanto, apesar dos consideráveis avanços tecnológicos e sociais proporcionados pela ciência à realidade humana, ainda há grandes embates no terreno científico sobre o que é considerado como ciência. Nesse momento, deparamo-nos com a contraposição entre ciência exata versus ciência social. Esse debate cria um divisor de águas entre as ciências naturais e as ciências humanas. Por um lado, há a contestação da unicidade da ciência como natural, observável e mensurável, por outro lado, está a ala das “perfumarias”, as distintas ciências ligadas ao humano e social, onde não existe a dicotomia entre ser humano e objeto (Saffioti, 2015).

A contribuição do marxismo à ciência é a da compreensão de que os fenômenos humanos são resultados de contradições sociais determinadas por relações econômicas, a partir da exploração pelo trabalho. Os fenômenos humanos são carregados de sentido e historicidade distintos dos fenômenos naturais. (Chauí, 1995). Pires (1997), ao tratar do método materialista histórico-dialético, considera que Karl Marx (1818-1883) ultrapassou a noção idealista sobre a dialética de Hegel na incorporação do caráter materialista e histórico na interpretação da realidade. Concepção que considera que a realidade existe independente do desejo e compreensão humana. O homem não cria o real a partir de seu imaginário, mas o interpreta a partir do concreto. O ideal surge pela transposição do real através do processo de abstração humana, e não o inverso. Logo, o conhecimento teórico se difere de outros tipos de saberes por se preocupar com a fidedignidade da estrutura e dinâmica concreta do objeto pesquisado, para além do real aparente em direção ao real concreto e, posteriormente, para o real pensado (Paulo Netto, 2011).

3.2. *Delimitando o objeto de estudo*

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) é o órgão central do Sistema Conselho, que representa a instância máxima de deliberação das diretrizes básicas, na orientação trienal da ação dos Conselhos Regionais de Psicologia, e tem como objetivo:

Regulamentar, orientar e fiscalizar o exercício profissional, como previsto na Lei 5766/1971, regulamentada pelo Decreto 79.822, de 17 de junho de 1977, deve promover espaços de discussão sobre os grandes temas da Psicologia que levem à qualificação dos serviços profissionais prestados pela categoria à sociedade¹¹.

Através da base de dados disponibilizada pelo CFP, foi possível ter acesso aos documentos que orientam a atuação do Sistema Conselhos no diálogo com a categoria profissional do psicólogo em todo o país: os cadernos de deliberação produzidos no Congresso Nacional de Psicologia (CNPs). Os Congressos Nacionais da Psicologia são promovidos pelo Sistema Conselhos e sua inauguração ocorreu no ano de 1994, após a implementação do Processo Constituinte da Psicologia, que passou a garantir maior democracia nos rumos das políticas prioritárias e das ações profissionais.

A Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), criada em 1996 no II CNP, é a instância responsável pelo debate e desenvolvimento das temáticas dos Congressos, sendo representada por três profissionais do Conselho Federal de Psicologia e pelos demais conselhos regionais, dependendo do número de profissionais inscritos em cada região. Vale lembrar que suas decisões influenciam diretamente o Sistema Conselho, como:

Aprovar o regimento interno do CFP e seu próprio regimento; aprovar o orçamento do CFP; apreciar a prestação de contas do CFP; fixar parâmetros para cobrança de anuidades; aprovar o Regimento Eleitoral; deliberar sobre intervenção nos CRPs; acompanhar a execução das deliberações do Congresso Nacional da Psicologia (CNP); deliberar sobre questões de interesse da entidade, da categoria e do Sistema

¹¹ Disponível no site do Conselho Federal de Psicologia < <http://site.cfp.org.br/>>.

Conselhos nos âmbitos político, administrativo e financeiro; operacionalizar as deliberações do Congresso Nacional da Psicologia (CNP); aprovar o temário, eixos e regulamento do CNP.

Os CNPs são realizados trienalmente, após debate de pautas levantadas pelos conselhos de base, representados pelos delegados eleitos nos eventos regionais, onde qualquer profissional inscrito pode se candidatar a delegado. Em suma, os cadernos de deliberações, no total de oito documentos, constituirão a fonte principal de informações, de acordo com o objeto de pesquisa delineado. Portanto, foram analisados os oito cadernos de deliberações dos Congressos Nacionais de Psicologia, do período de 1994 a 2013, disponíveis no site oficial do Conselho Federal de Psicologia. A fim de problematizar a prática psicológica diante da violência contra a mulher é que nos deparamos com os documentos deliberativos da atuação profissional em psicologia. A etapa de coleta de informações se realizou através da técnica de análise de conteúdo. Metodologicamente a técnica de análise de conteúdo é uma efetiva ferramenta na compreensão científica de dados qualitativos, exigindo a interpretação pessoal por parte do pesquisador dos significados das mensagens transmitidas pelos documentos (Moraes, 1999).

3.3. Método

Metodologicamente, realizaremos um estudo de abordagem predominantemente qualitativa. Encontrar uma definição suficiente sobre a pesquisa qualitativa é uma árdua tarefa. Entretanto, existem algumas características fundamentais nos diferentes métodos qualitativos: 1) a análise de experiências, histórias de indivíduos e grupos; 2) a observação de um fenômeno; e 3) a investigação de documentos, como é o caso da presente pesquisa. Na pesquisa qualitativa, diferentemente da pesquisa de cunho quantitativo, não há um limite palpável entre a coleta de dados e sua respectiva análise, pois todo o processo ocorre simultaneamente, sem que haja, uma ordem rígida para a execução metodológica (Gibbs,

2009). Tratando-se, ainda, sobre a definição da metodologia, Guareschi (1998) afirma que há uma falsa dicotomia entre posturas qualitativas e quantitativas, pois a opção por um e/ou o outro dependerá, exclusivamente, da definição do objeto de pesquisa a ser investigado. Neves e Nogueira (2003) convergem com este posicionamento ao apontar que a perspectiva metodológica adotada deve servir a questão de pesquisa colocada, e ainda, como aspecto crucial, os autores acrescentam que o desejo final da pesquisa deve ser o da transformação social. Sobre as técnicas a serem utilizadas, Paulo Netto (2011) considera que cada perspectiva metodológica exige os instrumentos correspondentes de coleta de dados. As informações obtidas através dos cadernos de deliberação elaborados nos Congressos Nacionais da Psicologia, então, serão problematizados a partir da técnica de análise de conteúdo. Para Moraes (1999) a análise de conteúdo é uma metodologia de investigação de dados qualitativos, fundamentalmente, estruturada em três etapas distintas: a categorização, descrição e interpretação, convergindo com Gibbs (2009). É um importante instrumento na compreensão científica dos significados, muitas vezes implícitos, dos dados em estado bruto. Trata-se da decodificação de uma mensagem para os receptores que pode conter inúmeras interpretações. Não há, neste caso, a ideia de neutralidade, presente em muitos trabalhos científicos, o que exigirá a interpretação pessoal de cada pesquisador, além da consideração do contexto no qual se desenvolve a pesquisa.

Autores de diferentes áreas utilizam nomenclaturas distintas para a organização e agrupamento dos dados a serem interpretados, entre eles código, índice, categoria ou tema. Gibbs (2009) optou pela denominação de “lista de códigos” e nas palavras do autor “a codificação é uma forma de indexar ou categorizar o texto para estabelecer uma estrutura de ideias temáticas em relação a ele” (p. 60). Um aspecto importante da pesquisa qualitativa é a codificação das informações, ou seja, a organização e o controle dos dados da pesquisa. De acordo com Gibbs (2009, p.19) “os códigos (e os documentos analíticos associados) acrescentam interpretação e teoria aos dados”. Outro aspecto relevante é o da necessidade de

uma densa e rica descrição do material analisado, guiado pelo princípio indutivo, na produção de novos conhecimentos. O foco está na singularidade, na relação do particular com a realidade social, e não na elaboração de teorias gerais que se aplicam aos fenômenos ou indivíduos. Este último tipo de perspectiva é denominado pelo autor como uma abordagem nomotética, enquanto a primeira é considerada idiográfica.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. *Procedimento de análise*

No que tange às pesquisas qualitativas, deparamo-nos frequentemente com dois tipos de análises que por vezes são confundidas: a análise de discurso e a análise de conteúdo. De acordo com o objetivo proposto pela presente pesquisa optamos, metodologicamente, pela utilização da técnica de análise de conteúdo, tendo em vista que a análise de discurso se atém à compreensão do sentido do discurso, enquanto, a análise de conteúdo se debruça sobre o conteúdo de textos escritos e de documentos em geral (Caregnato & Mutti, 2006). Para as referidas autoras (2006), a análise de conteúdo configura-se como uma técnica de pesquisa inaugurada no século XX, nos Estados Unidos, comumente, utilizada na área das Ciências Humanas. Seu crescente desenvolvimento ficou marcado pela década de 1950 em sua utilização como ferramenta de análise de símbolos políticos.

A partir da compreensão de que há múltiplas possibilidades de interpretação e análise de uma mensagem, escolhemos guiar nossa investigação a partir das características e informações apresentadas pela própria mensagem, no caso, o conteúdo manifesto nos cadernos deliberativos. Essa atitude configura a nossa escolha pela análise temática de categorização, a análise categorial, tendo em vista os objetivos apresentados previamente (Gibbs, 2009).

Moraes (1999), diferindo de outros autores, considera o desenvolvimento do procedimento de análise de conteúdo em cinco etapas principais, sendo elas: “preparação das informações; unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; categorização ou classificação das unidades em categorias; descrição; interpretação” (p.05). Caregnato e Mutti (2006), por exemplo, descrevem a técnica em três etapas fundamentais: a organização do material denominada de pré-análise; a codificação de unidades de registro, como a exploração do material; e por último a categorização e interpretação do material. Entretanto, observamos

que os autores têm em comum o processo que, necessariamente, passa pela codificação, unitarização e categorização da mensagem.

Na pesquisa de caráter qualitativo, a análise de conteúdo também pode verificar a presença ou ausência de dadas características em uma mensagem específica. Deste modo, o seu uso se dá a partir da codificação, classificação de segmentos temáticos significativos e o agrupamento das unidades de categoria, o que resulta em uma interpretação das tantas possibilidades existentes. Nesse sentido, a organização e sistematização da fonte documental foi dividida em três etapas fundamentais: **1) Pré-análise** - corresponde à leitura integral e descrição do material; **2) Codificação** - envolve a transformação do material em unidades de registro e categorias temáticas; **3) Interpretação** – articula os resultados com o corpo teórico delineado.

4.2. Pré-Análise

A primeira etapa de análise envolveu, inicialmente, a leitura integral dos oito cadernos de deliberações dos Congressos Nacionais de Psicologia, entre o período de 1994 a 2013, e, posteriormente, a descrição de cada documento deliberativo. Sendo assim, segue a descrição sucinta realizada de cada caderno de deliberação:

Os Congressos Nacionais da Psicologia (CNP's)

I Congresso Nacional da Psicologia: “Processo constituinte – repensando a psicologia” – Campos do Jordão, 25 a 28 de agosto de 1994.

O “I Congresso Nacional Constituinte da Psicologia”, realizado no ano de 1994, foi o primeiro Congresso Nacional da Psicologia e teve como responsabilidade a pela criação do documento 001/94, através da resolução nº 012/94. A referida resolução estabeleceu o Fórum de Entidades, como órgão representativo provisório e substituto do Conselho Deliberativo,

com o objetivo de articular e acompanhar as políticas nacionais da Psicologia em todas as regiões do país. Classificado como uma autarquia, o Fórum configurou-se como uma instância jurídica, autônoma política, administrativa e financeiramente, que trabalhava na articulação das demandas regionais ao Conselho Federal de Psicologia. Sua configuração, na época, foi de quinze representantes: um de cada CRP, um do CFP, um da FENAPSI e um do ENEP.

Em cada Congresso Nacional da Psicologia são discutidas temáticas e teses encaminhadas pelos representantes dos Conselhos e Congressos Regionais e divulgadas publicamente nos cadernos de deliberações. O conjunto de diretrizes configura o pacote de ações políticas que orientam, fiscalizam e normatizam o exercício profissional da Psicologia prestado a população civil brasileira. A estrutura para a realização do Congresso Nacional da Psicologia se inicia nos Conselhos Regionais, Congressos Regionais, Conselho Nacional, Fórum de Entidade, até chegar ao Congresso Nacional através dos representantes eleitos pelos CRPs, CFP, CONEP e FENAPSI. A primeira eleição do Conselho Nacional da Psicologia será realizada no II Congresso da Psicologia em 1996 e deverá ser composto por nove integrantes: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e cinco diretores (um para cada região demográfica).

Sobre as teses defendidas e deliberadas no documento do I CNP, podemos observar que elas estão dispostas em três eixos temáticos: Eixo 1: Entidades e Organização Política; Eixo 2: Exercício Profissional; Eixo 3: Formação Profissional. Eixos que estão distribuídos por 48 páginas na versão impressa e 39 páginas na versão digital do documento. Nesse caderno deliberativo é possível notar a preocupação com um compromisso social profissional pautado nas questões e demandas sociais, a partir da participação e inserção do psicólogo nas políticas públicas.

II Congresso Nacional da Psicologia: “O psicólogo vai mostrar a sua cara” – Belo Horizonte, 28 de agosto a 1º de setembro, 1996.

O II Congresso Nacional da Psicologia, assim como o I CNP, objetivou a implantação e o desenvolvimento da instância deliberativa Sistema Conselhos de Psicologia, trazendo, no caderno de sistematização de teses, as temáticas centrais: Eixo 1: Formação e Exercício Profissional; Eixo 2: Leis 4.119 e 5.766; Eixo 3: Eleições Nacionais. Estruturalmente, esse caderno de deliberações foi melhor organizado e, estruturalmente, contou com um sumário, uma breve introdução e a distribuição de oito tópicos temáticos: 1. Estágios; 2. Proliferação Indiscriminada de Novos Cursos; 3. Avaliação Psicológica; 4. Práticas Alternativas; 5. Lei 4.119/62; 6. Lei 5.766/71; 7. Fórum de Entidades; 8. Moções. Percebe-se que o foco principal desse caderno foi sobre a reflexão da atuação da psicologia, ampliando a sua inserção no campo social. Houve a ênfase no processo democrático da constituição das instâncias nacionais e regionais, órgãos representantes da Psicologia. Portanto, o II CNP objetivou a defesa da qualidade na formação dos psicólogos e no desenvolvimento de uma prática alinhada a posicionamentos éticos e sociais. Foram encontradas 39 páginas na versão impressa e 29 páginas, sem numeração, na versão digital. O CNP foi descrito como uma autarquia, instância máxima deliberativa responsável pelo estabelecimento das diretrizes políticas, que ocorre a cada três anos. Já o CFP é o órgão normativo superior nacional com sede no Distrito Federal, constituído por onze membros efetivos e onze suplentes, eleitos pelos psicólogos inscritos na categoria profissional. Houve, também, a apresentação das duas chapas concorrentes para o exercício no ano 1997 e 1998.

III Congresso Nacional da Psicologia: “Psicologia: Interfaces – Políticas Públicas – Globalização” – Florianópolis, 24 a 28 de junho, 1998.

O III CNP, através da temática ampla de globalização, ressaltou a importância do comprometimento com as demandas sociais brasileiras e latino-americanas. Tratou, inclusive,

sobre o projeto da profissão na construção de políticas públicas. Dentre os diversos temas discutidos, foram aprovadas nesse Congresso as seguintes diretrizes: investir no diálogo com as entidades sociais no enfrentamento a implantação das políticas neoliberais e privatistas; incentivar a inserção dos psicólogos nas ciências; defender a democratização midiática; defender a saúde do trabalhador; inserção do psicólogo na saúde pública; buscar uma formação generalista; defesa das políticas públicas, etc. As teses estavam dispostas em um total de 47 páginas no livreto impresso e 47 páginas, também, na versão digital, e contou com as temáticas distribuídas em três eixos no caderno deliberativo: Eixo 1: Globalização; Eixo 2: Interfaces; Eixo 3: Políticas Públicas.

O caderno de diretrizes teve como início uma ata produzida pela mesa diretora, em que foram apresentadas as alterações aprovadas no III Congresso Nacional da Psicologia. Uma das mudanças importantes trazidas pelo Congresso foi a de que as teses com mais de 30% dos votos, em pelo menos dois grupos, e subscritas por, no mínimo, 25 delegados serão consideradas moções. Portanto, a partir do III CNP, além das diretrizes profissionais, os Congressos Nacionais da Psicologia e os respectivos cadernos deliberativos passarão a incorporar as moções propostas pelos participantes dos CNPs.

IV Congresso Nacional da Psicologia: “Qualidade, ética e cidadania nos serviços profissionais: construindo o compromisso social da psicologia” – Brasília, 21 a 24 de junho, 2001.

O IV CNP destacou a importância da efetivação das Políticas Públicas, a partir do viés ético dos Direitos Humanos, e está representado no caderno síntese, através de 66 teses propostas, cujos objetivos foram: a promoção do desenvolvimento da Psicologia enquanto Ciência e Profissão; organização das chapas que integrarão o Conselho Federal de Psicologia; e definição de políticas nacionais a serem implementadas pelos Conselhos. A distribuição se deu em 59 páginas, correspondente à versão impressa e a 44 páginas na versão digital, e

foram divididas em cinco eixos centrais: Eixo 1: Profissão; Eixo 2: Direitos Humanos; Eixo 3: Políticas Públicas; Eixo 4: Conselhos de Psicologia; Eixo 5: Formação.

V Congresso Nacional da Psicologia: “Protagonismo social da psicologia: As urgências brasileiras e a construção de respostas da Psicologia às necessidades sociais – Brasília, 17 a 20 de junho, 2004

Esse quinto CNP teve como proposta a ênfase no compromisso da Psicologia com as demandas sociais emergentes da realidade brasileira. No total, as teses foram distribuídas em 47 páginas, tanto na versão impressa quando na versão digital dos cadernos. As teses representaram o resultado das discussões levantadas nos eventos de pré-congressos, organizados a partir dos eventos preparatórios e dos diversos Conselhos Regionais. No V CNP, as teses deliberativas dos últimos anos resultaram na ideia do “Protagonismo Social da Psicologia” e levaram à organização de três eixos temáticos: Eixo 1: Políticas Públicas; Eixo 2: Inclusão Social e Direitos Humanos; Eixo 3: Exercício Profissional.

VI Congresso Nacional da Psicologia: “Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão” – Brasília, 14 a 17 de junho, 2007.

No sexto Congresso Nacional da Psicologia contamos a aprovação de 85 teses, a partir da ênfase na ampliação e melhora dos serviços profissionais prestados às demandas populares da sociedade, caracterizado pelo novo projeto do Compromisso Social da Psicologia. Esse CNP, que deu ênfase ao novo projeto para a profissão, contou com a participação de 143 delegados, 22 convidados e 12 observadores dos Conselhos Regionais. O processo participativo, caracterizado pela participação dos profissionais da Psicologia nos eventos preparatórios, pré-congressos e Congressos Regionais, contou com a apreciação de 147 teses, resultando em 85 diretrizes e 13 moções aprovadas.

As diretrizes e moções foram distribuídas em um total de 80 páginas, tanto na versão impressa, quanto na digital, e se dividem em três eixos principais, com a ênfase no conteúdo do terceiro eixo. Sendo assim, os eixos apresentados foram: Eixo 1: Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos; Eixo 2: Diálogos para construção dos projetos coletivos da profissão; Eixo 3: Intervenção dos psicólogos nos sistemas institucionais.

VII Congresso Nacional da Psicologia: “Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto ético-político para a profissão” – Brasília, 03 a 06 de junho, 2010.

A intenção deste VII Congresso foi a de refletir sobre a organização e participação da psicologia, enquanto uma prática profissional ética, técnica e política, na promoção de direitos sociais e inclusão. Sobre a constituição do CNP, participaram 162 delegados, 16 observadores e 7 convidados, além de 174 teses analisadas, com a aprovação de 109 diretrizes e 5 moções. Durante o processo participativo, que antecede a realização do Congresso Nacional, mais de 11.700 pessoas compareceram e contribuíram ao decorrer de 303 eventos pré-preparatórios, 156 pré-congressos e 17 Congressos Regionais. O resultado de todo o processo envolvido na realização do VII Congresso Nacional da Psicologia foi organizado em 81 páginas, tanto na versão impressa, quanto na digital, e distribuídos em três eixos temáticos principais: Eixo 1: Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos; Eixo 2: Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional; Eixo 3: Diálogo com a sociedade e com o Estado.

VIII Congresso Nacional da Psicologia: “Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos” – Brasília, 30 de maio a 02 de junho, 2013.

O CNP, definido como a instância máxima de deliberação das diretrizes políticas do Sistema Conselhos, no ano de 2013 contou com os seguintes objetivos: promover a organização dos psicólogos no desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência e profissão; definir políticas nacionais para a categoria profissional; garantir a organização das chapas para o mandato do Conselho Federal de Psicologia.

Os temas, assim como os eixos e a Comissão Organizadora Nacional (Comorg), foram deliberados pela APAF, enquanto o caderno de deliberações ficou sob responsabilidade da Mesa Diretora, que foi constituída por sete integrantes. O total de 96 páginas, na versão impressa e online, contou com 285 diretrizes e 28 moções aprovadas. Para o acontecimento desse Congresso foram realizados 450 eventos preparatórios, entre eles 202 pré-congressos que encaminharam propostas aos 23 Congressos Regionais (Coreps). Nos Coreps foram eleitos 235 delegados, de acordo com o número correspondente de inscritos de cada região, além de 19 estudantes¹². Processo que resultou em 597 propostas de encaminhamentos para o Congresso Nacional, divididos em três eixos centrais: Eixo 1: Democratização do Sistema Conselhos e ampliação das formas de interação da categoria; Eixo 2: Contribuições éticas, políticas e técnicas nos processos de trabalho; Eixo 3: Ampliação da participação da Psicologia e sociedade nas Políticas Públicas.

A seguir realizamos a síntese dos Congressos Nacionais da Psicologia e seus respectivos temas e eixos apresentados ao longo do período de 1994 a 2013. Observe a Tabela 1:

CNP	ANO	TEMA	EIXOS
1º	1994	Processo constituinte – repensando a psicologia	<ul style="list-style-type: none"> • Entidades e organização política • Exercício profissional • Formação profissional
2º	1996	O psicólogo vai mostrar a sua cara	<ul style="list-style-type: none"> • Formação e exercício profissional • Leis 4.119 e 5.766 • Eleições nacionais
3º	1998	Psicologia: interfaces – políticas públicas – globalização.	<ul style="list-style-type: none"> • Globalização • Interfaces • Políticas públicas
4º	2001	Qualidade, ética e cidadania nos serviços profissionais: construindo o compromisso social da psicologia	<ul style="list-style-type: none"> • Profissão • Direitos humanos • Políticas públicas • Conselhos de Psicologia • Formação
5º	2004	Protagonismo social da psicologia	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas • Inclusão social e direitos humanos • Exercício profissional
6º	2007	Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos • Diálogos para a construção dos projetos coletivos da profissão • Intervenção dos psicólogos nos sistemas institucionais
7º	2010	Psicologia e compromisso com a promoção de direitos: um projeto ético-político para a profissão.	<ul style="list-style-type: none"> • Aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos • Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional • Diálogo com a sociedade e com o Estado
8º	2013	Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos	<ul style="list-style-type: none"> • Democratização do Sistema Conselhos e Ampliação das formas de interação com a categoria; • Contribuições éticas, políticas e técnicas nos processos de trabalho; • Ampliação da Participação da Psicologia e sociedade nas Políticas Públicas.

Tabela 1: Histórico dos temas e eixos de CNP's do período de 1994 a 2013¹³

Posto isso, na etapa seguinte traçaremos a sistematização dos Congressos Nacionais de Psicologia, através da categorização de eixos temáticos, na intenção de compreender de que modo a psicologia delinea as ações profissionais no enfrentamento à violência contra as mulheres.

¹³ Fonte: Tabela produzida e adaptada pela pesquisadora a partir da tabela disponibilizada no site do Conselho Federal de Psicologia.

4.3. Codificação

Nesta etapa de transformação do material em unidades de registro foram eleitas à priori algumas categorias temáticas que orientaram a leitura integral dos oito cadernos de deliberações: 1) Mulher/Mulheres; 2) Violência; 3) Gênero. Na codificação dos cadernos deliberativos elaborados a partir dos oito Congressos Nacionais da Psicologia no período de 1994 a 2013, o objetivo foi verificar e identificar freqüentemente tais categorias temáticas e os respectivos conteúdos manifestos na descrição das diretrizes políticas para o exercício profissional e nas moções aprovadas nos Congressos.

4.3.1. Categoria “Mulher/Mulheres”

Na primeira categoria elencada “mulher/mulheres” o objetivo foi o de identificar a freqüência com que a temática de mulheres aparece nos distintos cadernos deliberativos, do período de 1994 a 2013, desde o primeiro Congresso Nacional da Psicologia até o último realizado. Para isso, o procedimento adotado foi o de verificar o número de repetições da palavra “mulher”, englobando, inclusive, a palavra mulheres, em todo o conteúdo dos oito cadernos de deliberações. Observe a sistematização freqüencial na Figura 2 abaixo:

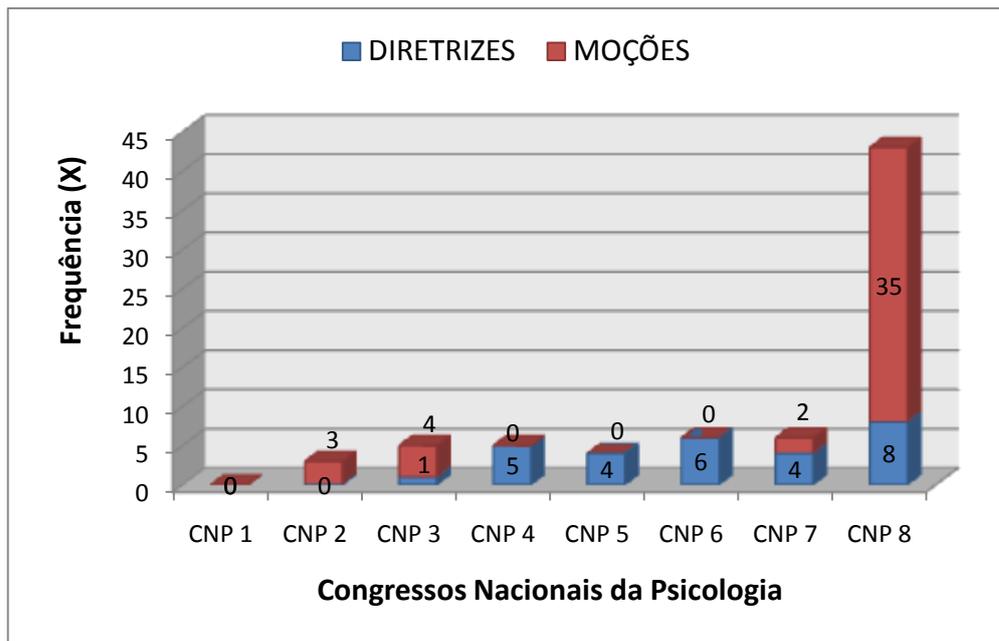


Figura 2: Frequência da categoria “mulher/mulheres” nos Congressos da Psicologia (CNPS)

A partir dos resultados organizados na Figura 2, observamos um total de 72 menções da categoria “mulher/mulheres” nos oito documentos deliberativos dos Congressos Nacionais da Psicologia. Deste total, 28 menções correspondem ao conteúdo deliberativo das diretrizes traçadas, enquanto 44 estão dispostas nas moções aprovadas e encaminhadas pelo CNPs. Vale destacar que foram consideradas as palavras “mulher” e “mulheres”, independente da repetição da palavra na mesma diretriz ou moção. Como exemplo, o oitavo caderno apresentou um crescimento brusco em comparação aos demais documentos deliberativos, porém o total de 35 menções da palavra “mulher” está distribuído apenas em quatro moções. Em relação às médias obtidas, é possível notar que ao não somar a frequência categórica resultante do oitavo caderno, a média total de menções da categoria “mulher/mulheres” é de quatro (4) palavras por CNP, enquanto a média total ao se incluir o último CNP é de 9 palavras cada. Tratando-se somente das moções, a média de todos os cadernos, correspondentes aos Congressos Nacionais, é de 5,5 palavras, porém, se retirarmos o último documento, a média cai para apenas 1,28 menções.

Em seguida, foi possível identificar e sistematizar as temáticas envolvidas em torno da categoria central “mulher/mulheres” em cada caderno. A sistematização completa pode ser consultada no item referente aos anexos da dissertação. As temáticas identificadas de maior relevância aos objetivos da pesquisa foram sintetizadas na figura abaixo. Confira a Figura 3:

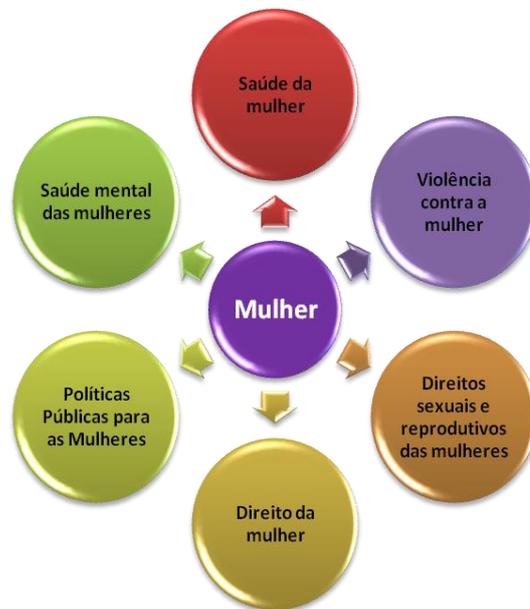


Figura 3: Síntese das temáticas referentes à categoria “mulher/mulheres”.

Terminado o procedimento de sistematização frequencial da primeira categoria, o objetivo seguinte foi o de identificar variações temáticas correspondentes à categoria central “mulher/mulheres”, que não surgiram a partir da repetição da palavra “mulher”, mas que estão relacionadas semanticamente. São elas: trabalho doméstico; creches; maternidade; aborto; lei Maria da Penha; etc.

Por último, foram destacados trechos que ilustram sucintamente as diretrizes políticas que organizam o Sistema Conselhos na orientação e fiscalização do exercício profissional da Psicologia. Observe:

É dever do Sistema Conselhos:

“Aprofundar o debate dos aspectos éticos e do compromisso social da Psicologia nas organizações, no sentido de interferir nos processos de exclusão segmentada (negros,

idosos, mulheres, pessoas portadoras de deficiência, homossexuais [. . .]” (4º CNP, 2001, p. 18).

“Discutir, divulgar e apoiar o Plano Nacional de Políticas Públicas para as mulheres formulado pelos diversos segmentos de mulheres e legitimado pela Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres” (6º CNP, 2007, p. 56).

4.3.2. Categoria “Violência”

Na categoria “violência” objetivamos identificar a frequência com que a temática de violência surge nos cadernos de deliberações, correspondentes aos oito Congressos Nacionais da Psicologia. Para isso, o procedimento adotado foi o mesmo para todas as categorias e nesta, especificamente, nós verificamos o número de repetições da palavra “violência”. Como pode ser observado na Figura 4 abaixo:

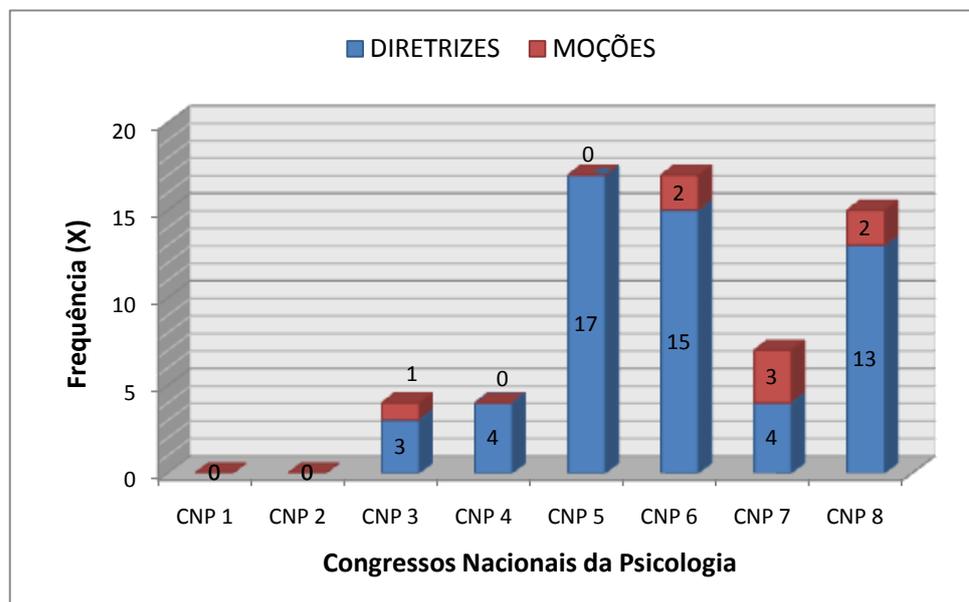


Figura 4: Frequência da categoria “violência” nos Congressos da Psicologia (CNP).

Diante dos resultados apresentados pela Figura 4 observamos que do total de 64 menções à palavra “violência”, 56 se referem ao conteúdo manifesto das diretrizes políticas

apresentadas nos cadernos deliberativos, enquanto, apenas oito (08) foram encontradas nas moções aprovadas em todos os Congressos Nacionais da Psicologia. A média total de menções da categoria “violência” foi de oito (08) palavras por caderno, o que corresponde à média de uma (01) palavra no conteúdo encontrado nas moções e uma média de sete (07) menções da palavra “violência” por caderno no conteúdo das diretrizes políticas. Os cadernos que tiveram mais menções a palavra categorizada foram o quinto e sexto, referentes aos anos de 2004 e 2007 respectivamente, com o total de 17 menções em cada ano.

Consecutivamente, foram identificadas, no total dos oito cadernos, as seguintes temáticas envolvidas em torno da categoria geral “violência”. A sistematização de todas as temáticas pode ser consultada no capítulo 7 referente aos anexos da dissertação. As temáticas mais relevantes ao objetivo da pesquisa foram sintetizadas na figura abaixo. Confira a Figura 5:



Figura 5: Síntese das temáticas referentes à categoria “violência”.

Em seguida, identificamos as variações semânticas correspondentes à categoria temática geral “violência”, que, apesar de não resultarem da sistematização frequencial desta categoria, tem relação no diz respeito ao fenômeno da violência. Observe: palavras como

“agressão”, “abuso”, “atos violentos”, “violação dos direitos humanos”, “tráfico”, “tortura”, “tortura psicológica”, etc.

Finalmente, o trecho abaixo ilustra as diretrizes políticas referentes à categoria “violência”, que organizam o Sistema Conselhos na orientação e fiscalização do exercício profissional da Psicologia:

“Que o Sistema Conselhos estimule a inserção e permanência da discussão de gênero e diversidade sexual no âmbito da categoria, incentivando a participação da Psicologia nas discussões sobre mídia, violência simbólica, saúde mental e empoderamento das mulheres, inserindo o Sistema em conjunto com outras entidades e movimentos sociais no desenvolvimento de ações de viabilização das mulheres, de prevenção e erradicação, enfrentamento ao tráfico de pessoas e às diversas formas de violência e de violações de direitos” (8º CNP, 2012, p. 53).

4.3.3. Categoria “Gênero”

Na categoria “gênero” foi possível identificar a frequência com que a temática de gênero aparece nos cadernos de deliberações, realizados a partir dos oito Congressos Nacionais da Psicologia. O procedimento adotado, neste caso, foi o de verificação do número de repetições da palavra “gênero” nos conteúdos manifestos dos cadernos. A sistematização da categoria segue na Figura 6 abaixo:

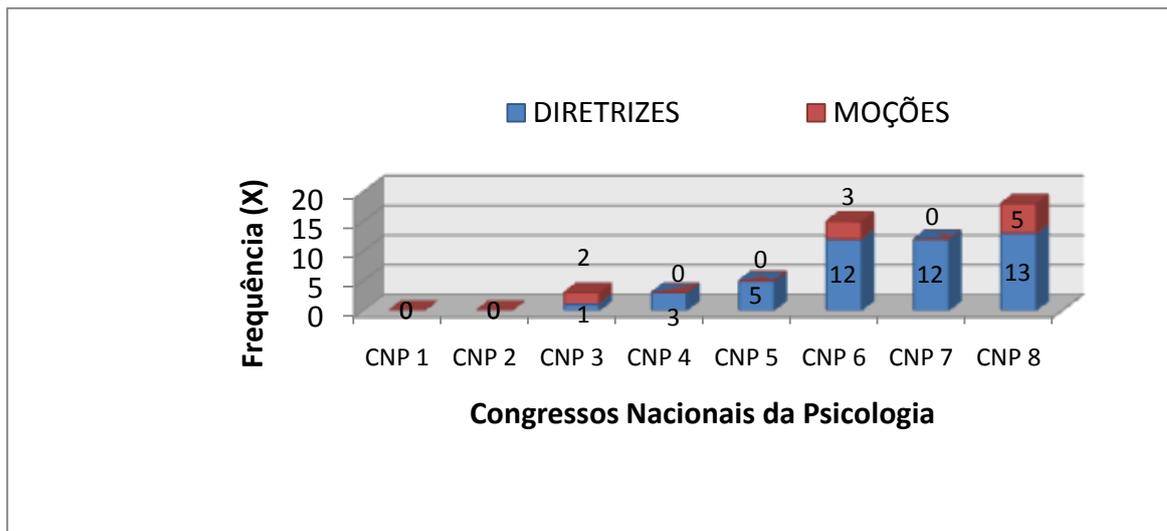


Figura 6: Frequência da categoria “gênero” nos Congressos da Psicologia (CNP).

A partir dos resultados gráficos apresentados pela Figura 6, constatamos que do total de 56 menções à palavra “gênero” distribuídas nos cadernos deliberativos, apenas dez (10) dizem respeito ao conteúdo manifesto das moções aprovadas, enquanto 46 estão nas diretrizes políticas. A média total de menções da categoria “gênero” foi de sete (07) palavras por caderno, sendo a média de 5,75 palavras localizadas nas diretrizes e 1,25 nas moções. Os três últimos cadernos, referentes ao sexto (2007), sétimo (2010) e oitavo (2013) Congressos Nacionais, apresentaram um aumento significativo de menções comparadas aos demais. Como mostra a Figura 6, o sétimo caderno triplicou o número de menções à categoria “violência”.

Na fase seguinte foram identificadas, nos oito cadernos, as seguintes temáticas envolvidas em torno da categoria “gênero”. A sistematização gráfica de todas as temáticas pode ser consultada no item 7 referente aos anexos da dissertação. As temáticas de destaque que se relacionam ao objetivo da pesquisa foram sintetizadas na figura abaixo. Veja a Figura 7:



Figura 7: Síntese das temáticas referentes à categoria “gênero”.

Posteriormente, identificamos as variações semânticas em torno da categoria temática “gênero”, são elas: diversidade sexual; orientação sexual; identidade de gênero; desigualdade de gênero; gays; lésbicas; bissexuais; transexuais; travestis; etc.

Por fim, os trechos selecionados abaixo ilustram as diretrizes políticas, referente a categoria “gênero”, que organizam o Sistema Conselhos na orientação e fiscalização do exercício profissional da Psicologia:

“Que o Sistema Conselhos promova, de forma regionalizada, debates sobre a despatologização de identidade de gênero e o acompanhamento psicoterapêutico de pessoas que se submetem à cirurgia transexualizadora” (6º CNP, p. 25, 2010).

“Garantir a discussão de gênero e diversidade de modo transversal no Conselho Federal de Psicologia (CFP) e nos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), dentro da visão dos Direitos Humanos e das Políticas Públicas considerando o atual contexto político social” (8º CNP, 2013, p. 21).

No total foram analisadas 497 páginas com, aproximadamente, 1836 diretrizes e 90 moções, referentes ao total de oito cadernos de deliberações dos Congressos Nacionais da Psicologia. De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa (2011)¹⁴ a palavra “diretriz” significa: “instrução ou orientação que ser seguida para levar a bom termo determinada tarefa”, enquanto “moção” foi definida como a “apresentação de um assunto para ser discutido em assembleia; proposta”. Portanto, a partir da técnica de categorização temática foi possível encontrar um montante com 72 menções voltadas à categoria frequencial de “mulher/mulheres”, sendo 28 menções expressas no conteúdo manifesto das diretrizes e 44 no conteúdo das moções; na categoria “violência” foram encontradas 64 menções no total, enquanto 56 correspondentes ao conteúdo manifesto das diretrizes e oito (08) moções aprovadas; na categoria “gênero” encontramos 56 menções no total, sendo distribuídas em 46 menções no conteúdo das diretrizes e dez (10) expressas nas moções.

Posto isso, acompanhe na Figura 8 as temáticas em torno da síntese da interlocução das três categorias “mulher/mulheres”, “violência” e “gênero”, expressas na categoria central “violência contra as mulheres”:



Figura 8: Síntese dos tipos de violência em torno da categoria “violência contra as mulheres”.

¹⁴ Dicionário da Língua Portuguesa. (2011). Porto Editora: Porto/Portugal.

Na intersecção das categorias elencadas, resultando na categoria mais ampla “violência contra as mulheres”, nós levamos em consideração expressões semânticas análogas à temática “violência contra as mulheres”, na intenção de agrupar conteúdos semelhantes para fins analíticos e interpretativos. Portanto, foram encontradas as seguintes expressões temáticas, que apontaram para diferentes tipos de manifestação de violência contra as mulheres: violência de gênero; violência contra as mulheres/a mulher; violência familiar; violência doméstica; violência simbólica, violência sexual e violência física.

Cronologicamente, a primeira vez em que a categoria “violência contra as mulheres” apareceu no conteúdo manifesto dos documentos deliberativos dos Congressos Nacionais da Psicologia foi no III Congresso Nacional, realizado no ano de 1998. Neste sentido, foi possível perceber que o objetivo do primeiro e segundo Congressos Nacionais foi o de implantar e desenvolver a instância deliberativa autárquica, posteriormente, denominada de Sistema Conselhos. Logo após esta data a temática de violência contra as mulheres foi tratada, com maior ou menor ênfase, em todos os demais cadernos investigados. Observe abaixo cada uma das diretrizes referentes à violência contra as mulheres, identificadas no material investigado:

No III CNP a temática de violência contra as mulheres foi tratada no primeiro eixo “Políticas Públicas”, a partir do sub-eixo “Direitos Humanos e Cidadania” e está expressa no seguinte compromisso:

“O Conselho Federal e os Regionais de Psicologia devem implementar um eixo de trabalho, assim como participar efetivamente dos Fóruns que tratam em nível nacional e regional de temas relativos à: pobreza, prostituição infantil, trabalho infantil, violência contra a mulher, exclusão do doente mental, violência no campo, crianças em situação de risco, portadores de deficiência e terceira idade. E, transformar essa participação em políticas e diretrizes de ação” (3º CNP, 1998, p. 23).

Em seguida, no IV CNP, podemos observar o trecho que trata sobre a temática ao se referir ao atendimento psicológico às mulheres em situação de violência no terceiro eixo “Políticas Públicas”:

“Incentivar a criação e a implementação de espaço específico de atendimento psicológico à mulher vítima de agressão física e emocional” (4º CNP, 2001, p. 35).

“Que o CFP e os CRPs façam gestão junto ao poder público para a implantação e a manutenção das casas-abrigos, dos serviços de atendimento às vítimas de violência e dos Conselhos de Direito da Mulher” (4º CNP, 2001, p. 35).

No V CNP as temáticas de violência doméstica, sexual, e o trabalho com os autores de violência apareceram com importância, veja a seguir no eixo de “Políticas Públicas”:

“Estimular a implantação/implementação de programas/projetos voltados para os autores de violência sexual, que visem ultrapassar as relações desiguais entre os gêneros e que objetivem colaborar para a construção de novas subjetividades e novos padrões de relações sociais, mais igualitárias e solidárias” (5º CNP, 2004, p. 20).

“Fomentar a capacitação para instrumentalizar os profissionais da Psicologia no atendimento de vítimas de violência sexual e/ou doméstica” (5º CNP, 2004, p. 20).

E a temática também aparece no segundo eixo “Inclusão social e direitos humanos” como compromisso:

“Contribuir, a partir da psicologia, para definições de políticas públicas para o enfrentamento da violência em suas diferentes formas sociais, como as violências: doméstica, sexual e no ambiente de trabalho” (5º CNP, 2004, p. 24).

“Apoiar a rede de serviços psicológicos orientados para as vítimas e testemunhas da violência” (5º CNP, 2004, p. 24).

No VI CNP, no terceiro eixo “Intervenção dos psicólogos nos sistemas institucionais” as temáticas sobre violência e gênero, violência doméstica e violência contra a mulher aparecem. Sobre a atuação do psicólogo no sistema de Justiça, é dever do Sistema Conselhos:

“Articular com o Judiciário, visando à inserção do psicólogo em equipes multidisciplinares nos juizados de violência contra mulher, como previsto na Lei Maria da Penha” (6º CNP, 2007, p. 35).

Nos sub-eixos de “Compromisso social com os direitos sociais” é colocado como dever do Sistema Conselhos:

“Apoiar as ações decorrentes da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006” (6º CNP, 2007, p. 56).

“Fomentar, junto aos meios de comunicação, discussões sobre gênero, violência e trabalho, enfatizando os direitos humanos e participando de fóruns e seminários sobre o tema violência e gênero” (6º CNP, 2007, p. 58).

“Fazer gestões com os Ministérios da Justiça, Educação e Saúde bem como com órgãos de segurança pública dos Estados e guardas municipais para a divulgação, para toda a sociedade, das leis existentes para a defesa da criança, adolescente, idoso, pessoas com deficiências, mulheres e outros grupos, com vistas a estimular a denúncia e o enfrentamento à violência doméstica subnotificada” (6º CNP, 2007, p. 58).

No VII CNP não é observada ênfase na categoria violência contra as mulheres como nos outros CNPs, porém, no trecho abaixo podemos perceber a preocupação com uma escrita gendrada na categoria, que se encontra no segundo eixo “Construção de referências e estratégias de qualificação para o exercício profissional”, veja:

“Criar Resolução que sinalize a obrigatoriedade, por parte de todos os CRPs, em todos os seus textos e mídias de trazer escrita gendrada, contemplando os artigos (o, a, os, as), justificando o uso de tal escrita” (7º CNP, 2010, p. 26).

Por fim, o último Congresso, o VIII CNP realizado em 2013, expressou um maior debate sobre a categoria “violência contra as mulheres” e os diferentes tipos de violência.

No tema de eventos, localizado no primeiro eixo “Democratização do Sistema Conselhos e ampliação das formas de interação da categoria”, há a postura assumida pelo

Sistema Conselhos no comprometimento com temas “emergentes e polêmicos”. Aqui, inclui-se a ampliação do debate sobre “a questão de gênero e diversidade sexual, com vistas ao enfrentamento da violência e das desigualdades” (8º CNP, 2013, p. 21).

No segundo eixo “Contribuições éticas, políticas e técnicas nos processos de trabalho” observamos a postura assumida, contrária ao modelo biomédico patologizante, e no sub-eixo o “Direito da Mulher” é expresso como dever do Sistema Conselhos:

“Ampliar o debate sobre gênero entre a categoria e os serviços que atendem mulheres em situação de violência doméstica e familiar e os autores da violência” (8º CNP, 2013, p. 32).

No tópico “Divulgação” é posto como foco da Psicologia a divulgação de temas de interesse social, parâmetros éticos e da inserção do psicólogo nas políticas públicas. Observe abaixo:

“Manter publicações dos informativos do CFP e CRPs e realizar eventos periódicos sobre temas de grande relevância para a categoria e de interesse social, tais como: povos indígenas, questões etnoraciais, quilombolas, internação compulsória, LGBTT, violência de gênero e pessoas que vivem com HIV/Aids e com hepatites virais” (8º CNP, 2013, p. 33).

No terceiro e último eixo “Ampliação da participação da Psicologia e sociedade nas Políticas Públicas” as seguintes diretrizes tratam da temática de violência:

“Promover e apoiar ações nas instâncias educacionais do setor público e privado na discussão ao enfrentamento a todas as formas de violência, em especial a violência sexual e vulnerabilidade social” (8º CNP, 2013, p. 45)

Em “Políticas públicas – gênero” a diretriz voltada à temática violência contra as mulheres se resume a um único parágrafo:

“Que o Sistema Conselhos estimule a inserção e permanência da discussão de gênero e diversidade sexual no âmbito da categoria, incentivando a participação da Psicologia

nas discussões sobre mídia, violência simbólica, saúde mental e empoderamento das mulheres, inserindo o Sistema em conjunto com outras entidades e movimentos sociais no desenvolvimento de ações de viabilização das mulheres, de prevenção e erradicação, enfrentamento ao tráfico de pessoas e às diversas formas de violência e de violações de direitos” (8º CNP, 2013, p. 53).

Nesse VIII caderno de diretrizes é possível observar, ainda, como mudança prevista pelo VII CNP, a adoção da utilização principal da concordância verbal e nominal no modo feminino, seguida pela masculina, tendo em vista que a profissão é configurada, majoritariamente, por profissionais mulheres.

Em suma, nota-se que a partir de 1998, do terceiro CNP, houve a intensificação do debate sobre a temática de violência contra as mulheres nas diretrizes políticas da Psicologia, principalmente, no caderno no oitavo caderno (2013), diferentemente do conteúdo dos primeiros cadernos de deliberação. No oitavo caderno a categoria “violência contra as mulheres” aparece em todos os eixos temáticos.

Outra questão observada foi a inclusão de referenciais de atuação profissional pautados na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), logo no ano seguinte à implantação da lei, no ano de 2007, no sexto Congresso Nacional da Psicologia.

É interessante pontuar que, apesar das categorias elencadas “mulher/mulheres”, “violência”, “gênero” e “violência contra as mulheres” aparecer na maioria quase absoluta dos cadernos deliberativos, a categoria “feminismo” ou “feminista” não apareceu no conteúdo manifesto de nenhuma diretriz política do Sistema Conselhos. Apesar da orientação de diálogo com os movimentos sociais expressa no conteúdo dos cadernos deliberativos, as diretrizes ainda não explicitam como se daria a relação com tais movimentos, seja com os movimentos de mulheres ou movimento feminista. Somente no oitavo caderno deliberativo a palavra feminismo apareceu na moção 25, observe:

“São mulheres feministas que lutam contra a super exploração do trabalho pelo capitalismo patriarcal e racista, pela autonomia econômica e pelo fim das desigualdades que fazem das mulheres aquelas que trabalham demais, mas têm direito de menos” (8º CNP, 2013, p. 71).

Abaixo, finalizando o capítulo “Discussão e Análise”, segue a última parte do procedimento analítico-interpretativo, a partir da técnica de análise de conteúdo. Prossigamos.

4.4. *Interpretação*

Neste estudo exploratório, a nossa intenção foi a de identificar e problematizar os referenciais profissionais da Psicologia no que se refere ao fenômeno de violência contra as mulheres na sociedade brasileira. A partir da pesquisa realizada, consideramos o fenômeno da violência como um problema de escala global, complexo e multifacetado, que atinge de modo específico a realidade latino-americana. Do levantamento realizado por Waiselfisz (2015) no ano de 2015 que envolveu 83 países, dos cinco primeiros países líderes em registros de violência contra as mulheres, quatro eram países latino-americanos: El Salvador, Colômbia, Guatemala e o Brasil ocupando a quinta colocação. Nesse sentido, a escolha pelo diálogo com a literatura do psicólogo salvadorenho Martín-Baró nos pareceu uma interessante tentativa dialógica, dadas as condições de desigualdade social, exploração e violência vivenciadas pelos países periféricos (Gonçalves, 2010). A partir da experiência de um contexto de guerra civil vivida por Martín-Baró, ele nos elucida uma importante expressão de violência, que contribui na compreensão do fenômeno de violência contra as mulheres: a violência institucional/estrutural. Esse tipo de violência também é resgatado por Heleith Saffioti (2015) ao considerar a violência ligada às estruturas de poder ao perpassar todas as esferas sociais e atingir, inclusive, o Estado.

No campo da saúde mental, Zanello (2012) reflete sobre a violência estrutural nas condições sociais do sofrimento, a partir da análise de sintomas e diagnósticos disponibilizados em prontuários de dois grandes hospitais do Distrito Federal. A autora chama-nos a atenção para os fatores históricos, sociais, econômicos, étnicos e de gênero que levam os indivíduos ao sofrimento e/ou adoecimento. Desse modo, ela considera que “os pobres, as mulheres e os negros não são apenas mais vulneráveis ao sofrimento, mas também correm mais o risco de verem este sofrimento silenciado” (p. 277). A adoção desta perspectiva carrega consigo a crítica ao modelo biomédico que valoriza os sintomas em detrimento da subjetividade e do contexto social dos indivíduos. Esse posicionamento vai ao encontro da crítica realizada por De Marco (2006), pois, o autor considera que apesar do referencial técnico-instrumental ser hegemônico nas biociências é possível notar o crescimento das perspectivas psicossocial na área da Saúde. Para ele, o modelo psicossocial oferece uma visão mais integral do ser e do adoecer humano, uma vez que se propõem a englobar compreensões das dimensões física, psicológica e social dos seres humanos.

Zanello (2012), além de defender um modelo psicossocial de atuação, ainda, ressalta a importância da compreensão do viés de gênero no exercício profissional clínico, visto que nossas compreensões são marcadas pelos valores de gênero vigentes em nossa sociedade. No caso das sociedades ocidentais, em especial, é possível observar a existência de sistema patriarcal, que valoriza os homens e marginaliza as mulheres. Portanto, é essencial considerar o gênero como “um fator importante, enquanto condição social, nos quadros de transtorno mental comum” (p. 273). Assim sendo, a autora nos traz a análise da loucura gendrada, que confere diferentes papéis e valores para homens e mulheres, e exige distintos critérios de diagnósticos.

Posto isso, a partir da investigação dos documentos deliberativos dos Congressos Nacionais da Psicologia, encontramos duas diretrizes que tratam da violência de

estrutural/institucional. Esse tipo de violência aparece apenas no conteúdo manifesto dos dois últimos cadernos congressuais, no ano de 2010 e 2013. Veja a seguir:

“Que o Sistema Conselhos realize amplo debate com a categoria profissional, no sentido de contribuir de forma mais adequada com a formação e atuação profissional no enfrentamento de violência de Estado” (7º CNP, p. 50, 2010).

“O Sistema Conselhos de Psicologia promoverá discussões em prol do reconhecimento das violências institucionais e de Estado, pleiteando ampliação da prestação de serviços pela rede pública” (8º CNP, p. 49, 2013).

Portanto, podemos perceber que, apesar dos distintos autores tratarem de conceitos semelhantes como a violência estrutural/institucional, seria insuficiente dizer que há consonância/ressonância semântica rigorosa quanto a posição teórica e filosófica de cada perspectiva. Todavia, é possível destacar a atenção despendida dos autores sobre o protagonismo das estruturas sociais que constituem o Estado como agente, seja direta ou indiretamente, de violência.

Partindo do viés estabelecido, percebe-se que os dois trechos abordados acima, que orientam os caminhos da atuação profissional através do Sistema Conselhos, demonstram a posição tomada através do processo democrático da Psicologia sobre o fenômeno da violência institucional. Em primeiro lugar, há o reconhecimento da violência decorrente de instituições e do Estado, porém, não há o aprofundamento da perspectiva política adotada, a respeito do significado ou dos determinantes sociais que estão envolvidos neste tipo específico de violência. Ao contrário, é manifesto nos dois trechos que é necessário o reconhecimento das violências institucionais e de Estado para colaborar em uma atuação de enfrentamento a referida violência. Entretanto, a compreensão do que é tratado como violência de Estado nas diretrizes destacadas, ainda, se mostra insipiente, e acaba por dificultar a identificação e problematização das estruturas e dos determinantes sociais que produzem a violência de Estado.

Neste sentido, Martín-Baró (1990) considera fundamental que a análise da violência não seja adjetivada, e sim substantivada, para que a discussão de sua natureza histórica e concreta seja discutida e aprofundada. Para o autor, o conceito de violência é genérico, pois encobre processos e comportamentos bastante distintos. Portanto, é preciso clarear a análise diagnóstica da natureza e as causas da violência ao rever sua história psicossocial, no caso, Baró (1990) se referia ao contexto da América Latina. A violência não existe abstratamente, tendo em vista que ela se realiza a partir de atos violentos concretos contra àqueles que se opõem a ordem social vigente.

Martín-Baró (1990), ao se debruçar sobre o “ato de violência”, ressalta o caráter ideológico implícito no fenômeno de violência, que, em primeiro lugar, expressa forças e interesses sociais concretos no conflito estrutural de uma sociedade de classes e, em segundo, oculta as forças e interesses que a determinam. Por isso, a investigação psicossocial dos atos de violência é fundamental para que a análise da violência aglutine todos os elementos possíveis para que se explore novas perspectivas. Diante do cenário generalizado de violência na América Latina, mantido por justificativas ideológicas, é urgente uma prática psicológica comprometida com um enfoque individual, coletivo, comunitário e social. Neste sentido, Martín-Baró (1990) crítica os enfoques psicológicos predominantes que individualizam a compreensão dos atos violentos na sociedade, pois a violência, antes de ser um fenômeno exclusivo do âmbito individual, é um problema de ordem econômica, política e social. Para o psicólogo salvadorenho, a atuação psicológica deveria abarcar quatro objetivos centrais diante do fenômeno de violência: 1) o desenvolvimento de capacidades de canalização simbólica; 2) desenvolvimento da escuta e promoção da consciência crítica no reconhecimento dos processos ideológicos; 3) promoção de atitudes solidárias, coletivas, cooperativas, na contramão do enfoque individual; 4) proporcionar a compreensão da totalidade da realidade para que haja uma radical transformação das estruturas de controle alienantes.

Diante disso, Cisne (2014) contribui ao pensamento de Baró (1990) ao considerar que em sociedade capitalista a alienação incorpora a ideologia dominante, e as mulheres, além de estarem submetidas a esse sistema ideológico, também sofrem através da naturalização de uma essência feminina que as delimita um papel apolítico, passivo e submisso na sociedade. A autora ao se referenciar em Mézaros (2002) aponta que 70% dos pobres do mundo são mulheres e elas são as maiores vítimas da precarização do trabalho e das políticas públicas empregadas pelo Estado.

No que se refere às políticas nacionais de enfrentamento à violência contra as mulheres na sociedade brasileira, atualmente nós contamos com a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Desde sua vigência no Brasil, como já foi expresso, foi pautada na Convenção de Belém do Pará no ano de 1994 e o comitê CEDAW da ONU, assim como outros acordos internacionais como as Conferências de Cairo, Beijing e Durban. Ela ocorreu graças ao atendimento das demandas dos movimentos de mulheres e feministas no enfrentamento da violência contra as mulheres.

Os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres (PNPM) foram construídos a partir das diretrizes da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres para assegurar e garantir políticas públicas voltadas às desigualdades de gênero e raça/etnia na sociedade brasileira. O primeiro PNPM datado em 2004 reafirma a complexidade e urgência do enfrentamento da violência que acomete as mulheres no Brasil. De acordo com o documento federal, a violência é um fenômeno complexo e multifacetado e está entre as principais causas de mortalidade entre pessoas de 15 a 44 anos. No documento, a violência é descrita como um problema que atinge homens e mulheres, porém, por razões de gênero distintas. Essa concepção se justifica porque enquanto a maior parte da violência contra os homens ocorre nos espaços públicos, a violência contra as mulheres ocorre na privacidade no ambiente doméstico e é exercida, na maior parte das vezes, pelo parceiro íntimo da mulher. Desse modo, a violência contra as mulheres está ligada a relações desiguais de poder, em que é

possível observar a predominância ideológica do homem sobre a mulher. No segundo PNPM, realizado em 2008, a violência contra as mulheres foi definida como uma das principais violações dos direitos humanos das mulheres, como o a violação do direito à vida, saúde e integridade física. Das diferentes formas de violência contra as mulheres, o segundo PNPM (2008) considerou três diferentes tipos: a) a violência doméstica; b) a violência na comunidade; c) a violência institucional.

Ao refletirmos sobre o delineamento ético-político da Psicologia foi possível obtermos um panorama de que tipo de Psicologia tem sido construída no Brasil e quais os compromissos foram estabelecidos para a atuação profissão. É necessário frisar que o profissional psicólogo, a partir do desenvolvimento das políticas públicas no Brasil, é convocado a atuar e construir o seu papel nas redes de atendimento que se debruçam sobre a “questão social”. Porém, para Oliveira e Yamamoto (2014) os estudos no campo da Psicologia não problematizam a “questão social” de acordo com os modos de produção capitalista, o para os autores é fundamental no delineamento da profissão do psicólogo. Os autores definem, então, a “questão social” como um “conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista” (Oliveira & Yamamoto, 2014, p. 23).

Para Gonçalves (2010) as políticas públicas sociais devem ser tratadas a partir das relações de classe em determinada sociedade, suas contradições entre capital e trabalho e do Estado em relação à sociedade. Neste sentido, a autora afirma o papel do Estado no desenvolvimento da sociedade capitalista, especificamente, no período neoliberal: “observa-se o Estado em seu papel de organização social e política e manutenção ideológica do sistema capitalista” (p. 33). Gonçalves (2010) considera que uma análise da “questão social” na América Latina, em especial no contexto brasileiro, deve tratar as desigualdades estruturais e a fragilidade estatal frente às demandas sociais da população. Para ela a perspectiva neoliberal trouxe o comprometimento com a especulação financeira, a dinâmica internacional e a

diminuição da ação do Estado frente à economia, tornando as questões sociais em questões de mercado. A autora reflete sobre o papel da Psicologia neste contexto neoliberal a partir da desnaturalização dos fenômenos sociais e da necessidade da defesa dos direitos sociais como direitos humanos.

Foi possível perceber que desde os primeiros Congressos Nacionais da Psicologia a ênfase das diretrizes deliberativas para o Sistema Conselhos estava na inserção da Psicologia no campo das Políticas Públicas e dos Direitos Humanos. Se pensarmos cronologicamente na inserção da temática de violência contra as mulheres nas políticas públicas brasileiras, esse é um fenômeno recente, assim como a atuação do psicólogo frente a esse cenário. Gonçalves (2010) classifica a participação da psicologia nas políticas públicas como uma “ausência presente”, seguida de uma “presença ausente” para chegarmos, de fato, à “presença presente”. Inicialmente, o papel da psicologia diante das políticas públicas foi a de reproduzir nas instituições sociais o atendimento clínico individual, com uma postura dita neutra de normatização e universalização dos indivíduos. Grosso modo, esse primeiro período demonstrou o compromisso da Psicologia com a ideologia dominante elitista, com a reprodução da lógica de capital, através de discursos higienistas, concepções patologizantes e uma intervenção adaptativa. Essa atitude configurou a relação da psicologia com as políticas públicas como “uma presença de fortalecimento de políticas assistencialistas, patologizantes, curativas, individualizantes” (Gonçalves, 2010, p. 87).

Ao resgatar historicamente o desenvolvimento da Psicologia, enquanto ciência e profissão, na relação com o campo de Políticas Públicas no contexto brasileiro, Gonçalves (2010) nos oferece um elucidador panorama do que foi a tímida aproximação sobre o papel da Psicologia nas Políticas Públicas. Desse modo, ela nos conta que diante do período ditatorial no Brasil o psicólogo foi obrigado a rever sua posição de falsa neutralidade política diante à realidade da época, o que alimentou a necessidade de se criar outra psicologia com novos conhecimentos e práticas. Uma dessas novas perspectivas na psicologia, importante

alternativa ao conhecimento hegemônico produzido de até então, foi a psicologia comunitária, que contribui para novos compromissos da psicologia com a emancipação e transformação humana.

A partir da década de 1990, a Psicologia passou por um considerável redirecionamento que deu origem ao chamado “Projeto do Compromisso Social da Psicologia”. Ao posicionar-se na direção do desejo da construção e desenvolvimento de um projeto ético-político da psicologia comprometida com as demandas atuais e populares na garantia de direitos sociais, tendo em vista:

“Nesse processo, dois eixos foram se consolidando como referências para a discussão sobre os rumos da psicologia em sua inserção social e como referência para o Projeto do Compromisso Social: a análise constante de práticas e saberes pelo viés do respeito aos direitos humanos; e a defesa da presença da psicologia nas políticas públicas” (Gonçalves, 2010, p. 100).

Nesse momento, a Psicologia voltou sua atenção para as consequências das violações dos Direitos Humanos sobre as subjetividades. Assim, as políticas públicas aqui são tratadas em seu sentido amplo e são caracterizadas como o reconhecimento do direito de ter direitos garantindo a todas e todos, financiadas, providas e reguladas pelo Estado.

Logo, para Gonçalves (2010, p. 101):

“A defesa dos direitos humanos nos fala de um tipo de sociedade que se quer. A defesa de políticas públicas nos fala do compromisso com a construção de uma sociedade democrática e que respeita os direitos sociais. Essa perspectiva é a que se coloca para a psicologia como ciência e profissão no projeto denominado ‘Compromisso Social’, formulando e reformulando, a cada momento, seu conteúdo”.

Na atuação nas políticas públicas o profissional psicólogo é convocado a considerar outras perspectivas e caminhos de atuação na superação do viés individual para a ênfase na concepção social, coletiva. É colocado que o psicólogo deve estar presente e participar dos

espaços de controle social para a construção política, coletiva e com participação social, além de fortalecer espaços interdisciplinares. A atuação nas políticas públicas é sempre uma atuação no campo político, logo a inserção social exige um posicionamento político do profissional inserido.

A partir da análise dos oito cadernos de deliberação foi possível investigar o tratamento à temática de violência contra as mulheres, a partir da perspectiva dos Direitos Humanos e do campo das Políticas Públicas brasileiras. Esse foi o caminho percorrido pelo processo participativo dos Congressos Nacionais da Psicologia ao tratar o fenômeno em questão foi coerente com o projeto ético-político da profissão intitulado “O Compromisso Social da Psicologia”. Observe a síntese realizada na Figura 9:

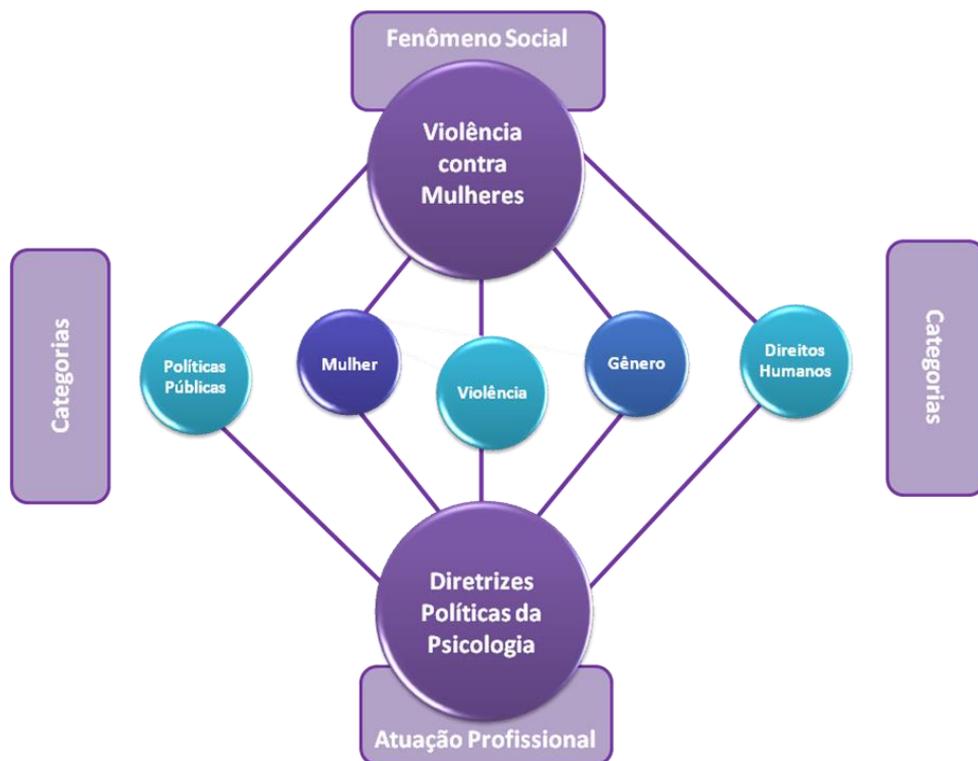


Figura 9: Síntese do tratamento do fenômeno de violência contra as mulheres, a partir das diretrizes políticas da Psicologia.

Em suma, a figura síntese (Figura 9) expressa visualmente o caminho teórico-metodológico percorrido pela presente pesquisa. A partir do fenômeno social de violência contra as mulheres, demanda emergente da realidade brasileira, escolhemos como fonte de informações uma das vias que regula, orienta e fiscaliza a atuação profissional dos psicólogos, para compreender o fenômeno em destaque e sua relação com a psicologia. Portanto, metodologicamente elegemos três categorias temáticas *a priori* na investigação do material de informações, as diretrizes políticas formuladas por meio do processo participativo da psicologia e aprovadas nos Congressos Nacionais da Psicologia. Em seguida, no procedimento de análise, foi possível identificar mais duas categorias centrais no debate sobre violência contra mulheres no conteúdo manifesto das diretrizes políticas da Psicologia: Políticas Públicas e Direitos Humanos.

Concluimos, portanto, que o fenômeno social de violência contra as mulheres na sociedade brasileira foi tratado nas diretrizes políticas da psicologia a partir da perspectiva de violação dos direitos humanos das mulheres.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o caráter exploratório da presente pesquisa, debruçamo-nos sobre o fenômeno da violência contra a mulher na sociedade brasileira, a partir da investigação da do compromisso da Psicologia com as pautas das mulheres e as Políticas Públicas implementadas no enfrentamento da violência cometida contra as mulheres.

Consideramos este processo inicial de produção de conhecimento, o mestrado acadêmico, como uma oportunidade de inclusão em um processo de aprendizagem que se estende para além de todas essas páginas e se mantém acesso por toda a vida de um pesquisador. Nas palavras de Paulo Netto, referenciando-se em Simone de Beauvoir, “ninguém nasce um pesquisador, torna-se”¹⁵. Portanto, este é o primeiro passo de abertura e exploração do meu objeto de estudo: violência contra as mulheres, que será cada dia mais ampliado, na tentativa incessante de apreensão as múltiplas determinações de sua natureza.

Por ora, levantamos algumas questões que foram suscitadas durante o processo teórico-metodológico de investigação científica. Diante dos resultados apresentados em torno da relação entre as diretrizes políticas da Psicologia e o fenômeno social de violência contra as mulheres, foi possível verificar a existência da aproximação temática no desenvolvimento do Compromisso Social da Psicologia. O papel psicossocial do psicólogo nas políticas públicas foi palco de destaque nas orientações políticas da área, pela via dos Direitos Humanos. O diálogo com os movimentos sociais e a participação dos profissionais nos órgãos de controle social também foram enfatizados na construção de uma Psicologia alinhada às demandas emergentes da realidade brasileira. Entretanto, apesar do projeto ético-político da profissão apontar como horizonte a emancipação e transformação humana, um posicionamento político contra-hegemônico, o conteúdo das diretrizes abordadas apresenta um tom, ainda, incipiente de debate sobre a questão da violência contra as mulheres. Apesar

¹⁵ O vídeo aula pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: < https://www.youtube.com/watch?v=7a9gpV_L5Ds >.

de algumas posições estabelecidas, como a defesa à descriminalização do aborto e do direito à escolha das mulheres sobre a maternidade, o posicionamento estabelecido nas diretrizes não delimita claramente o papel do psicólogo frente a este fenômeno social específico. Apesar de o movimento feminista ter sido protagonista na conquista dos direitos das mulheres, na implementação de leis e de políticas públicas para mulheres, nenhuma das diretrizes analisadas manifestou qualquer menção ao feminismo. Mesmo com a vasta produção acadêmica e o diálogo já estabelecido com a área de Psicologia e fora dela, parece que a marginalidade dos estudos feministas e de gênero, ainda, é realidade nos dias de hoje para a formação de profissionais de Psicologia.

A despeito das contradições das políticas públicas no desenvolvimento da sociedade capitalista, parece-nos insuficiente a perspectiva sobre a violência contra as mulheres, expressa nas diretrizes políticas do Sistema Conselhos ao partir, exclusivamente, do viés do campo das políticas públicas e dos direitos humanos. Por mais que se aponte como horizonte o “Compromisso Social da Psicologia” e a ampliação de campos e perspectivas psicológicas, é uma realidade concreta a manutenção do perfil da profissão, ainda, permanecer sob as paredes do consultório particular clínico. Assim, realizamos uma crítica à distância entre o discurso ético-político da Psicologia e a efetivação de práticas profissionais coerentes com projeto social delineado pelo “Compromisso Social”.

A individualização dos discursos e práticas psicológicas, cujas raízes habitam em dimensões estruturais, sociais, culturais e políticas, compele para o agravamento do processo de exclusão social e minam a transformação. A inserção do feminismo na produção de conhecimento em psicologia rompe com o naturalismo biológico ao lançar o seu olhar para os efeitos emocionais das práticas discursivas sobre os indivíduos e coletividades. E deve ser problematizado no projeto ético-político da profissão, denominado o “Compromisso Social da Psicologia”.

Em suma, para que a Psicologia, de fato, contribua para uma leitura crítica da violência contra as mulheres rumo ao desenvolvimento de uma prática emancipadora e de transformação social, outro projeto ético-político deve ser construído. É preciso vislumbrar um horizonte que preze por práticas profissionais coerentes com o desejo de transformação da realidade, como manifesto no “Compromisso Social da Psicologia” e nas diretrizes políticas da área. Um discurso adequado sem uma prática correspondente à demanda brasileira, além de não transformar a realidade, pode servir de instrumento ideológico para a manutenção da desigualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira. Nesse sentido, defendemos a postura crítica e política diante do “fazer” psicológico, na interlocução com outros saberes anti-hegemônicos, seja na ciência e/ou na sociedade civil. No caso da desigualdade de gênero, é fundamental o diálogo com os estudos de gênero, movimentos feministas e práticas alternativas, pois, historicamente, esses estudos e movimentos se mostram importantes ferramentas de resistência e transformação da realidade.

6. REFERÊNCIAS

- Alberto, M. F. P., Freire, M. L., Leite, F. M., & Gouveia, C. N. N. A. (2014). As políticas públicas de assistência social e a atuação profissional dos (as) psicólogos (as). *Psicologia e políticas sociais: temas em debate*, 127-174.
- Bastos, A. V. B., Yamamoto, O. H., & Rodrigues, A. C. de A. (2013). Compromisso social e ético: Desafios para a atuação em psicologia organizacional e do trabalho. In: Borges, L. D. O., & Mourão, L. *O Trabalho e as Organizações: Atuações a partir da Psicologia*. Porto Alegre: SBPOT.
- Caregnato, R. C. A., & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm*, 15(4), 679-84.
- Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-133.
- Chambouleyron, I. C. (2009). *A tensão entre modernidade e pós-modernidade na crítica à exclusão no feminismo*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo.
- Chauí, M. (1995). A atitude científica. In: *Convite à filosofia*. Ática.
- Cisne, M. (2015). *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. Cortez Editora.
- Corrêa, M. (2001). Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, v. 16, p. 13-30.
- DataSenado. (2013). Violência doméstica e familiar contra a mulher. *Secretaria de Transparência*. Brasil.
- De Marco, M. A. (2006). Do modelo biomédico ao modelo biopsicossocial: um projeto de educação permanente. *Rev Bras Educ Med [serial na Internet]*, 60-72.
- De Souza, E. Baldwin, J. R., & Rosa, F. H. da. (2000). A construção social dos papéis sexuais femininos. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 13, n. 3, p. 485-496.
- Decreto-Lei nº 13.104/15, de 09 de março. *Presidência da República*. Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>.

- Durães, S. J. et al, F. (2008). Novos movimentos sociais e o movimento de mulheres. *Unimontes Científica*, 7(2), pág-91.
- Faleiros, V. P. (2013). *O que é política social*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense.
- Garcia, C. C. (2011). Breve história do feminismo. São Paulo: Claridade.
- Garcia, L. P., Freitas, L. R. S. de, Silva, G. D. M. da., & Höfelmann, D. A. (2013). Violência contra a mulher: Femicídios no Brasil. IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>.
- Gibbs, G. (2009). *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed.
- Grossi, P. K. Tavares, F. A., & de Oliveira, S. B. (2008). A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. *Athenea digital*, (14), 267-280.
- Gonçalves, M. da G. M. (2010). Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas. *Coleção Construindo o Compromisso Social da Psicologia*. São Paulo: Cortez.
- Guareschi, P. (1998). Quantitativo versus qualitativo: uma falsa dicotomia. *Revista Psico*, 29(1), 165-174.
- Guzzo, R. S. L. (2014). Marxismo e pesquisa: apontamentos sobre a experiência de um Grupo de Pesquisa em Psicologia. *Seminário Marx Hoje – Natal*.
- Guzzo, R. S. L., Mezzalira, A. S. C. & Moreira, A. P. (2014). Desafios, Ameaças e Compromissos para os Psicólogos: As Políticas Públicas no Campo Educativo. In: Oliveira, I, F. de & Yamamoto, O. (2014). *Psicologia e Políticas Sociais: temas em debate*. 248 f. Belém: ed. Ufpa.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2014). *Tolerância Social à violência contra as mulheres*. Disponível em Brasília: Ipea.
- Lisboa, F. S. & Barbosa, A. J. G. (2009). Formação em psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. *Psicologia: ciência e profissão*, 29(4), 718-737.
- Lei nº 11.340/06 de 07 de agosto. *Presidência da República*. Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>.

- Lawthom, R. (1999). Using the 'F' word in organizational psychology: Foundations for critical feminist research. *Annual review of Critical Psychology*, 1, 65-78.
- Martín-Baró, I. (1990). La violencia en Centroamérica: Una vision psicosocial. *Rev. de Psicología de El Salvador*. vol. ix, nº 35, 123-146. UCA: San Salvador, El Salvador.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2 (1), 7, 27-29.
- Martín-Baró, I. (2000). *Acción y ideología: psicología social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA Editores.
- Miguel, L. F & Biroli, F. (2014). *Feminismo e Política*. 1. ed. São Paulo: Boitempo.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, 22(37), 7-32.
- Neves, S. & Nogueira, C. (2003) A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re) construção dos espaços terapêuticos. *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 43-64.
- Nogueira, C. (2001). Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 13, 1, 107-128.
- Oliveira, I, F. de & Yamamoto, O. (2014). *Psicologia e Políticas Sociais: temas em debate*. 248 f. Belém: ed. ufpa
- Organização Mundial de Saúde. (2011). *Mulheres e saúde: evidências de hoje, agenda de amanhã*. Genebra.
- Paulo Netto, J. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Parker, I. (2004). *Qualitative psychology: Introducing radical research*. McGraw-Hill International.
- Pinheiro, M. A. de A. (2004). Notícia: V Congresso Nacional da Psicologia: protagonismo social da psicologia. *Psic.: Teor. e Pesq., Brasília*, v. 20, n. 1, abr. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>.

- Pires, M. F. C. (1997). O materialismo histórico-dialético e a educação. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, agos.
- Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. (2004). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Brasil.
- Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. (2008). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. Brasil.
- Portal Brasil. (2015). Governo Federal. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/179-relatos-de-violencia-contramulheres-por-dia-em-2015-obilanco-do-ligue-180>>.
- Portal Brasil. (2015). Governo Federal. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/feminicidio-e-casa-da-mulher-brasileira-confirma-iniciativas-de-combate-a-violencia-contramulher>>.
- Sardenberg, C. M. B. & Silva, Z. P. da. (2014). Rastreado o feminino, rompendo silêncios: “queixas” e “cenas” de violência contra a mulher em Conceição de Coité-BA (1980-1990). *EDUFBA*. Salvador: NEIM.
- Saffioti, H. I. B. (1996). Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais-Desde 1996-ISSN 1415-854X*, (2), 59-79.
- Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos pagu*, (16), 115-136.
- Saffioti, H. I. B. (2015). *Gênero, patriarcado, violência*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo.
- Santiago, D. E. (2009). A violência segundo a perspectiva de Martin-Baró: possíveis contribuições ao serviço social. *ETIC - Encontro de Iniciação Científica*, v. 5, n. 5.
- Sarti, C. A. (2001). Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p.31-48.

- Sarti, C. A. (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 12, n. 2, agos.
- Silva, S. G. (2010). Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, v. 30, n. 3, p. 556-571.
- Silveira, M. L. & Freitas, T. V. de. (2007). *Trabalho, corpo e vida das mulheres: Crítica à sociedade de mercado*. São Paulo: SOF.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?*. Editora UFMG.
- Stecanela, N., & Ferreira, P. M. (2009). Mulheres e direitos humanos: desfazendo imagens, (re)construindo identidades. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 6(1), 151-178.
- Soihet, R. (2013). Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: *História das Mulheres no Brasil*. (Org). Mary Del Priore. Carla Bassanezi Pinsky. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto.
- Souza, T. M. C., & Sousa, Y. L. R. (2015). Políticas públicas e violência contra a mulher: a realidade do sudoeste goiano. *Revista da SPAGESP*, 16(2), 59-74.
- Timm, F. B.; Pereira, O. P. & Gontijo, D. C. (2011). Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. *Revista Psicologia Política*, v. 11, n. 22, p. 247-259.
- Varela, D. M. F. (1988). A violência contra a mulher. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 8(2), 29-30. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931988000200010>.
- Vigário, C. B. & Paulino-Pereira, F. C. (2014). Violência contra a mulher: análise da identidade de mulheres que sofrem violência doméstica. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v. 5 - n. 2, p. 153-172, jul./dez.
- Uyeda, M. (2009). Violência doméstica e familiar contra a mulher. *BDJur*, Brasília, DF, 12 fev. 2010. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/27236>.

Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da Violência 2012: A cor dos homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR, 2012. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>.

Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da violência 2012: Atualização Homicídio de Mulheres no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>.

Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>.

Zanello, V., & Costa e Silva, R. M. (2012). Saúde mental, gênero e violência estrutural. *Rev. bioét.(Impr.)*, 20(2).

Zuluaga, C. E. V. (1999). La violencia intrafamiliar: ? Un problema público o privado? Vol. 54, n°603 (110p – 113p). ECA: San Salvador, El Salvador, C.A.

7. ANEXOS

7.1. Anexo A

O I Congresso Nacional da Psicologia realizado em 1994 teve como objetivo a estruturação e organização provisória da autarquia Conselho Nacional da Psicologia, instância máxima representativa da categoria profissional de psicologia daquele momento. Por esse motivo, as categorias temáticas elencadas “mulher/mulheres”, “violência” e “gênero” não foram encontradas na análise desse documento.

Categoria “Mulher/Mulheres”

Na categoria “mulher/mulheres” foi encontrado uma frequência de três (03) vezes, entre as diretrizes e moções no II caderno de deliberações. As temáticas em torno da desta categoria foram: saúde da mulher; mulheres contaminadas (AIDS); aumento de mulheres infectadas (AIDS). As categorias “violência” e “gênero” não foram identificadas no II caderno deliberativo.



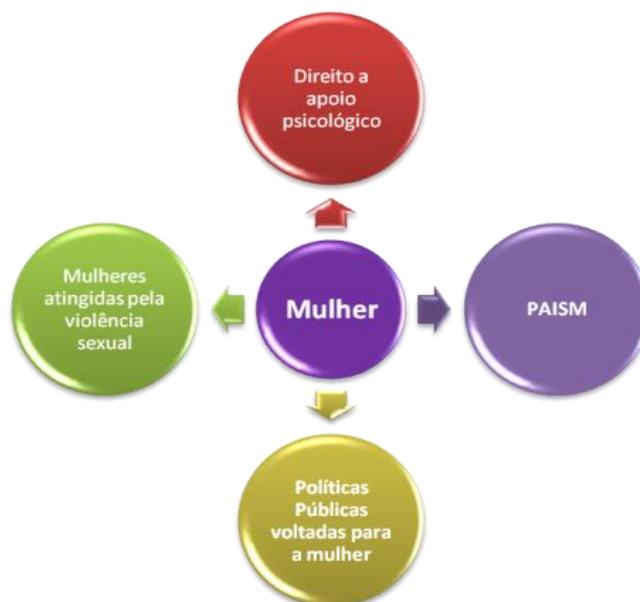
Na categoria “mulher/mulheres” foi encontrado uma frequência de cinco (05) vezes, entre as diretrizes e moções no III caderno de deliberações. As temáticas em torno da desta categoria foram: DIRETRIZ violência contra a mulher; MOÇÃO mulheres são a maioria numérica na sociedade; trabalho doméstico é realizado pelas mulheres; participação das mulheres; esterilização das mulheres.



Na categoria “mulher/mulheres” foi encontrado uma frequência de cinco (05) vezes, entre as diretrizes e moções no IV caderno de deliberações. As temáticas em torno da desta categoria foram: atendimento psicológico à mulher vítima de agressão física e emocional; Conselhos de Direito da Mulher; exclusão segmentada (negros, idosos, mulheres, pessoas portadores de deficiência, homossexuais, etc...).



No caderno do V CNP, a **categoria “mulher/mulheres”** apareceu com uma frequência de quatro (04) vezes, entre as diretrizes e moções. As temáticas em torno da desta categoria foram: assegurar à mulher o direito a apoio psicológico; Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM); políticas públicas voltadas para a mulher; mulheres atingidas pela violência sexual.



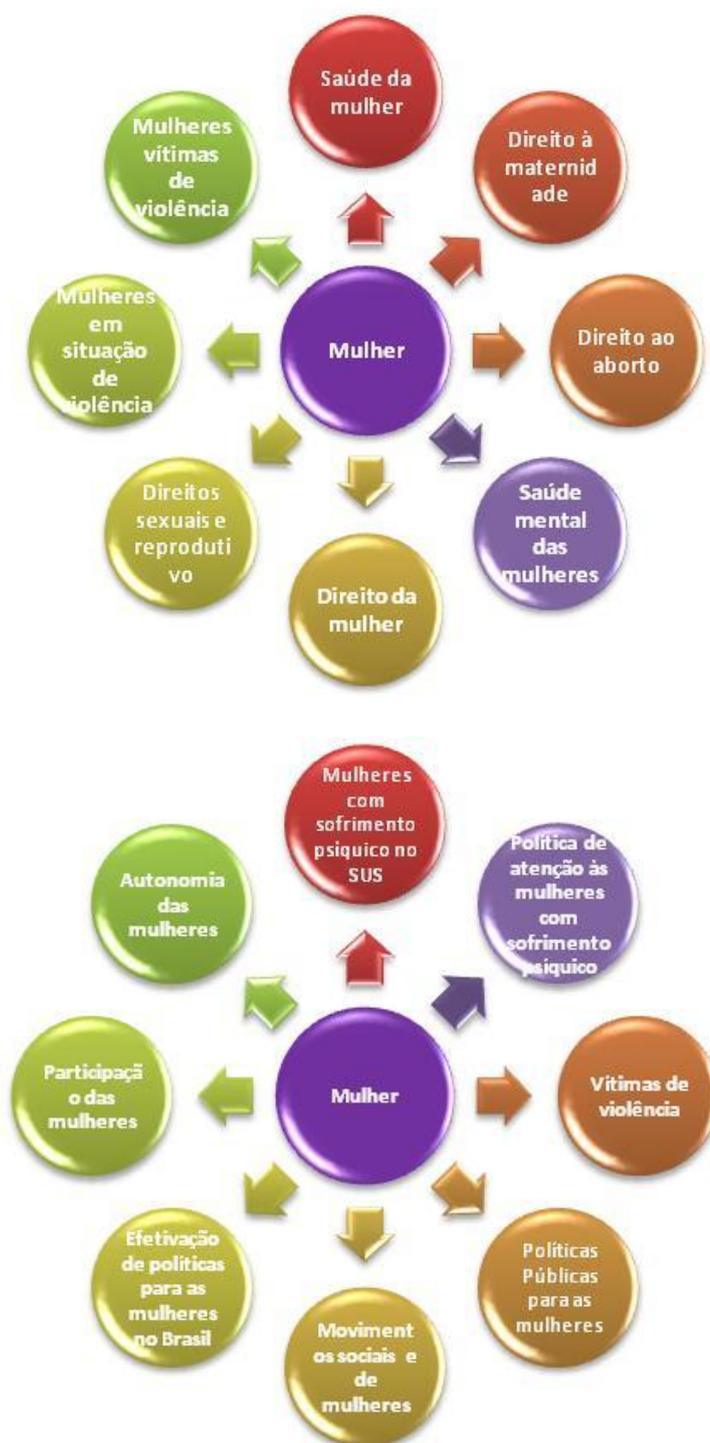
No caderno referente ao VI CNP, a **categoria “mulher/mulheres”** resultou em uma frequência de seis (06) vezes, entre as diretrizes e moções. As temáticas em torno da desta categoria foram: saúde da mulher; defesa das mulheres; violência contra mulher; Plano Nacional de Políticas Públicas para as mulheres; segmentos de mulheres; Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres.



No sétimo caderno, produzido em 2010, a **categoria “mulher/mulheres”** apareceu com uma frequência de seis (07) vezes. Entre as diretrizes e moções aprovadas, as temáticas encontradas nesta categoria foram: imagem da mulher; direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; risco de morte para a mulher; saúde mental, direitos sociais e reprodutivos da mulher encarcerada; necessidades específicas das mulheres; direitos da mulher encarcerada.

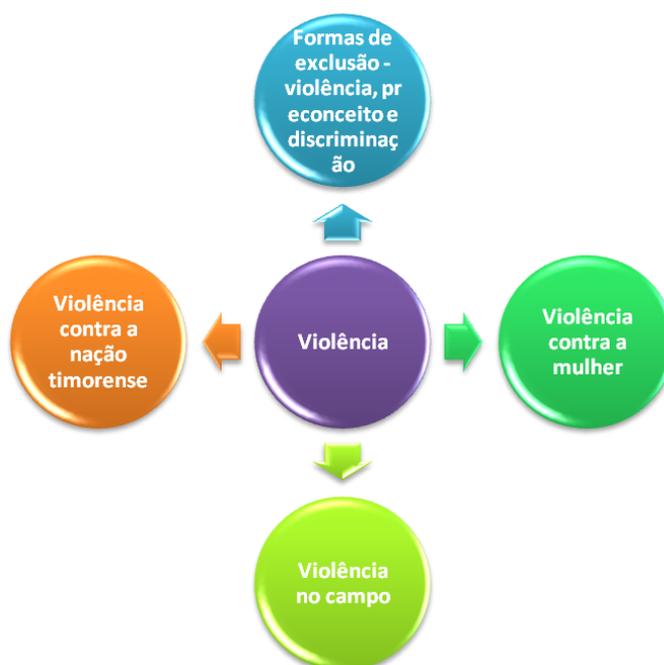


No caderno referente ao VIII CNP, a **categoria “mulher/mulheres”** resultou em uma frequência de quarenta e três (43) vezes, entre as diretrizes e moções. As temáticas em torno da desta categoria foram: saúde da mulher; saúde mental das mulheres; direito da mulher; direitos sexuais reprodutivos da mulher; mulheres em situação de violência doméstica; empoderamento de mulheres; ações de viabilização das mulheres; direitos humanos das mulheres; perspectiva de gênero, raça, etnia para as mulheres e meninas com sofrimento psíquico; mulheres com sofrimento psíquico no SUS; política de atenção às mulheres com sofrimento psíquico; mulheres vítimas de violência; políticas públicas para as mulheres; criminalização das mulheres; movimentos sociais e de mulheres; mulheres feministas; efetivação de políticas para as mulheres no Brasil; mecanismos de políticas públicas para mulheres; participação das mulheres; autonomia das mulheres; pela não criminalização das mulheres; direitos à maternidade e, inclusive, ao aborto; dignidade, autonomia, cidadania para as mulheres; direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.



Categoria “Violência”

Na categoria “violência”, com a frequência de quatro (04) repetições da palavra durante o terceiro caderno, foi possível encontrar as seguintes temáticas: formas de exclusão - violência, preconceito e discriminação; violência contra a mulher; violência no campo; e a MOÇÃO violência contra a nação timorense.



Na **categoria “violência”**, com a frequência de quatro (04) repetições da palavra durante o quarto caderno, foi possível encontrar as seguintes temáticas: enfrentamento da criminalidade e da violência; enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil; combate à violência; atendimento às vítimas de violência.



Na **categoria “violência”**, com a frequência de dezessete (17) repetições da palavra durante o quinto caderno, foi possível encontrar as seguintes temáticas: enfrentamento da violência; violências: doméstica, sexual e no ambiente de trabalho; violência contra o jovem; vítimas e

testemunhas da violência; idoso vítima de violência; campanhas contra a violência; autores de violência sexual; temática da violência sexual; vítimas de violência sexual; mulheres atingidas pela violência sexual; violência contra a criança e o adolescente; violência sexual contra crianças e adolescentes; vítimas de violência sexual e/ou doméstica.



Na categoria “violência”, com a frequência de quinze (17) repetições categoria, foi possível encontrar as seguintes temáticas no VI CNP: aspectos psicossociais da violência; questão da violência; pessoas vítimas da violência; discussões sobre gênero, violência e trabalho; tema

violência e gênero; enfrentamento à violência doméstica; luta contra a violência; discussão de gênero e violência na formação; violência física; prevenção da violência; combate à violência; questões ligadas à violência; violência contra mulher; enfrentamento permanente da violência.

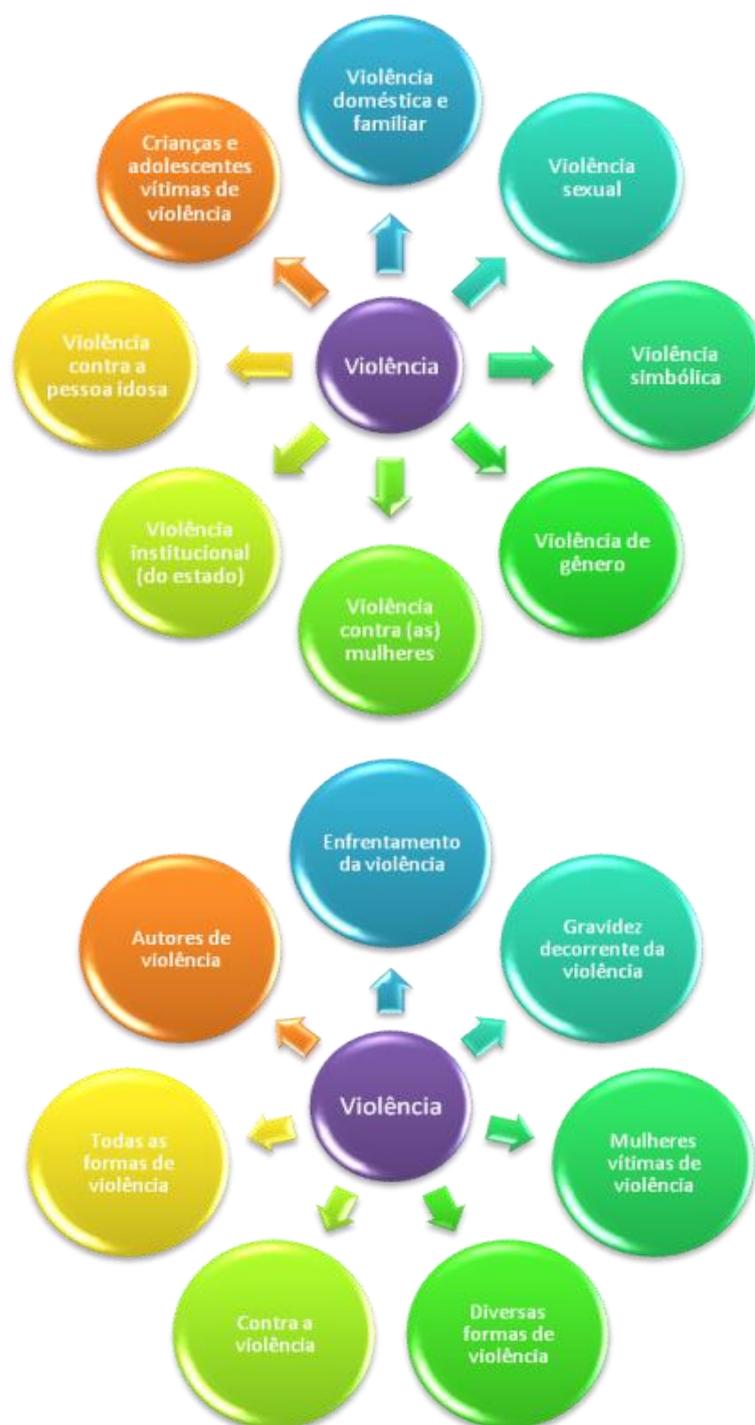




Na categoria “**violência**”, com a frequência de sete (06) repetições da palavra violência, foi possível encontrar as seguintes temáticas referentes ao VII: violências; violência sexual; gravidez decorrente de violência; violência de Estado; temática violência.



Na categoria “violência”, com a frequência de quinze (15) repetições categoria, foi possível encontrar as seguintes temáticas no VIII CNP: violência de gênero; violência contra (as) mulheres; violência doméstica e familiar; violência sexual; violência simbólica; violência institucional (do estado); violência contra a pessoa idosa; crianças e adolescentes vítimas de violência; enfrentamento da violência; gravidez decorrente da violência; mulheres vítimas de violência; diversas formas de violência; contra a violência; todas as formas de violência; autores de violência.

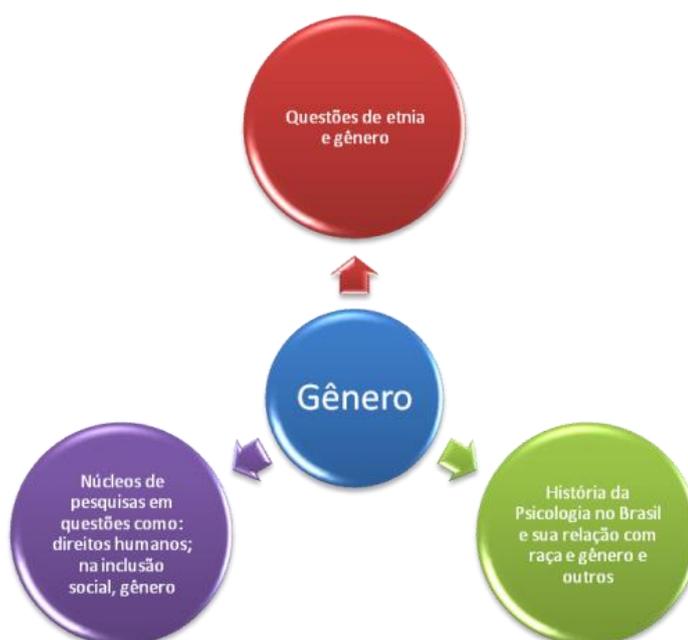


Categoria “Gênero”

Na **categoria “gênero”**, a frequência da palavra foi de três (03) vezes e as temáticas encontradas, no terceiro caderno deliberativo, foram: DIRETRIZ questões de gênero; MOÇÃO igualdade de participação entre gêneros; desigualdades de gênero.



Na **categoria “gênero”**, a frequência da palavra foi de três (03) vezes e as temáticas encontradas, no quarto caderno deliberativo, foram: questões de etnia e gênero; história da Psicologia no Brasil e sua relação com raça e gênero e outros; núcleos de pesquisas em questões como: direitos humanos; na inclusão social, gênero, etc.



Na categoria “gênero”, a frequência da palavra foi de cinco (05) vezes e as temáticas encontradas, no quinto caderno deliberativo, foram: relações desiguais entre os gêneros; diferentes papéis de gênero; relações de gênero mais igualitárias e solidárias; transgêneros; políticas públicas voltadas para equidade de gênero.



Na categoria “gênero”, a frequência da palavra foi de dezoito (15) vezes e as temáticas encontradas, no sexto caderno deliberativo, foram: raças e gêneros; identidade de gênero; questão de gênero; relações de gênero; gênero e mídia; discussões sobre gênero, violência e trabalho; tema violência e gênero; discussão de gênero e violência na formação; transgêneros; questões raciais, de gênero, de diversidade sexual, de homofobia.





Na **categoria “gênero”**, a frequência da palavra apareceu doze (12) vezes, e as temáticas encontradas, no sétimo caderno deliberativo, foram: diversidade sexual e gênero; questões ligadas a sexualidade, gênero e orientação sexual; questões raciais, de gênero, diversidade sexual, homofobia; psicologia e gênero; categorias gênero e sexualidade; despatologização de identidade de gênero; questões de gênero; relações de gênero, direitos sexuais e reprodutivos; questões de gênero e diversidade sexual; diversidade de gênero e/ou orientação sexual.





Na categoria “gênero”, a frequência da palavra foi de dezoito (18) vezes e as temáticas encontradas, no oitavo caderno deliberativo, foram: desigualdade de gênero; discussão de gênero; enfoque de gênero; perspectiva de gênero; abismo da desigualdade e da injustiça social, de gênero e racial; questão de gênero; debate sobre gênero; violência de gênero; construções identitárias de gênero; identidades de gênero.



7.2. Anexo B

Modelo de Tabela utilizada na sistematização dos dados:

CNP	CONTEÚDO	EIXO	TEMÁTICA	TIPO	PÁGINA	CATEGORIA	ANÁLISE
III	36 – O Conselho Federal e os Regionais de Psicologia deve implementar um eixo de trabalho, assim como participar efetivamente dos Fóruns que tratam em nível nacional e regional de temas relativos à: pobreza, prostituição infantil, trabalho infantil, violência contra a mulher, exclusão do doente mental, violência no campo, crianças em situação de risco, portadores de deficiência e terceira idade. E, transformar essa participação em políticas e diretrizes de ação.	2 – Políticas Públicas	Direitos Humanos e Cidadania	Diretriz	24	Mulher/Mulheres E Violência	Transformar a participação em Fóruns sobre o tema de violência contra a mulher em políticas e diretrizes de ação.
	A igualdade de participação entre gêneros ainda enfrenta entraves culturais e sociais de toda ordem. Embora as mulheres sejam maioria numérica na sociedade (51% - censo/96; 90% da nossa categoria; quase 50% da população economicamente ativa – DIESSE/97), ainda é a principal responsável pelo trabalho doméstico (cerca de 90% do trabalho doméstico é realizado pelas mulheres – dados do UNIFEM – Fundo das Nações Unidas para a Mulher/ Sarandi-PR – outubro/97). O fato ainda de ter na	-	Criação de Creches	4. Moção de apoio	36	Mulher/Mulheres E Gênero	Mulheres, apesar de representarem maioria numérica da população brasileira e da categoria profissional, ainda não têm igualdade de participação nos espaços sociais, pois 90% do trabalho doméstico é realizado pelas mulheres e elas são as principais responsáveis pela maternidade. Por isso, as mulheres do III CNP exigem a criação de creches próximas a realização do Congresso.

	<p>maternidade uma especificidade sua, coloca a todos nós a necessidade de discutirmos esta como uma função social.</p> <p>Como forma de efetivamente contribuímos para a mudança destas desigualdades de gênero e garantirmos a participação das mulheres, propomos que o III CNP aprove a organização de creches nos próximos Congressos Nacionais e Regionais da Psicologia.</p>						
	<p>.... Tortura, esterilização de mulheres, prisões ilegais, assassinatos, violência vêm sendo praticada...</p>	-	Solidariedade ao Povo do Timor Leste	Moção	40	Mulher/Mulheres e Violência	
	<p>60 – Os Conselhos Profissionais de Psicologia devem criar espaços de formulação e defesa de políticas públicas (sociais e econômicas) que apontem para o fortalecimento da cidadania, como: n) questões de gênero.</p>	II – Políticas Públicas	VII – Criação de Espaços para Formulação de Políticas	Diretriz	29	Gênero	Formulação e defesa de políticas públicas (sociais e econômicas) nas questões de gênero.
	<p>A igualdade de participação entre gêneros ainda enfrenta entraves culturais e sociais de toda ordem. Embora as mulheres sejam maioria numérica na sociedade (51% - censo/96; 90% da nossa categoria; quase 50% da população economicamente ativa – DIESSE/97), ainda é a principal responsável pelo trabalho doméstico (cerca de 90% do trabalho doméstico é realizado pelas mulheres – dados do UNIFEM – Fundo das Nações Unidas para a Mulher/ Sarandi-PR – outubro/97).</p> <p>O fato ainda de ter na maternidade uma especificidade</p>		Criação de Creches	4. Moção de Apoio	36	Gênero	

<p>sua, coloca a todos nós a necessidade de discutirmos esta como uma função social. Como forma de efetivamente contribuirmos para a mudança destas desigualdades de gênero e garantirmos a participação das mulheres, propomos que o III CNP aprove a organização de creches nos próximos Congressos Nacionais e Regionais da Psicologia.</p>						
<p>O Conselho Federal e os Regionais de Psicologia devem implementar um eixo de trabalho, assim como participar efetivamente dos Fóruns que tratam em nível nacional e regional de temas relativos à: pobreza, prostituição infantil, trabalho infantil, violência contra a mulher, exclusão do doente mental, violência no campo, crianças em situação de risco, portadores de deficiência e terceira idade. E, transformar essa participação em políticas e diretrizes de ação</p>	3 – Políticas Públicas	Participação em Fóruns e formulação de políticas e diretrizes	Diretriz	23	Violência	
<p>Os Conselhos Profissionais de Psicologia devem apoiar os diversos movimentos em defesa dos trabalhadores rurais e urbanos, com ênfase no enfrentamento das desigualdades sociais que manifestam-se através de diversas formas de exclusão: violência, preconceito e discriminação</p>	3 – Políticas Públicas	Apoiar movimentos sociais	Diretriz	23	Violência	